

Criado em São Paulo Grupo em defesa ao trabalhador negro

O Grupo está instalado na Av. Brig. Luís Antônio, 1.224
na Secretaria de Relações do Trabalho e já está recebendo denúncias.

SAMY M. CHARANEK



O presidente do Conselho, Hélio Santos, discursou para centenas de negros que estavam presentes.



O trabalhador negro já possui um instrumento de combate à discriminação racial que sofre em empresas. Trata-se do grupo de "Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho", criado pelo Conselho da Comunidade Negra e Secretaria de Estado de Relações do Trabalho.

Segundo Maria Aparecida Teixeira, coordenadora do Grupo e responsável pelo setor de Relações do Trabalho no Conselho, "o Grupo — implantado oficialmente no dia 31 — pretende desenvolver um trabalho junto a profissionais de recursos humanos, Secretaria do Trabalho, centrais sindicais, entidades patronais; conversando com todos os setores, e buscando a desmistificação da democracia racial, que não existe".

A função do Grupo é levar ao trabalhador negro dentro das empresas a nível de ingresso e ascensão profissional, para fins de análise e interferência, quando necessário. Desta forma, denúncias de discriminação serão registradas por uma equipe de advogados trabalhistas, psicólogos e assistentes sociais, auxiliados por Procurador da Justiça, para melhor encaminhamento das denúncias, que serão acompanhadas até o seu término.

mento das denúncias, que serão acompanhadas até o seu término.

DISCRIMINAÇÃO VELADA

Uma das maiores dificuldades que o Grupo enfrentará, segundo a sua coordenadora, é o fato de os instrumentos legais que possuem serem insuficientes para combater a discriminação em qualquer nível, pois esta não é considerada crime, mas contravenção penal, o que significa a impossibilidade de punições mais severas aos infratores.

Deste modo, Maria Aparecida Teixeira acredita que a única forma de se combater a discriminação "velada" que ocorre no Brasil — onde, segundo dados do IBGE, 90% das atividades manuais são realizadas por trabalhadores negros — é pressionando toda a sociedade para que se criem instrumentos legais, efetivos para o combate à discriminação racial.

DIREITO AO TRABALHO

Para o presidente do Conselho, Hélio Santos, este grupo tem uma tarefa até então inédita no Brasil, "é uma grande conquista, não apenas para o Conselho da Comunidade Negra, mas para o movimento negro como um todo".

Segundo ele, "para que possamos ter uma democracia racial efetiva é necessário, antes de tudo, assegurar um direito mínimo, o direito do negro ao trabalho digno".

Uma das atribuições do grupo de "Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho" é a conscientização de líderes

sindicais e principalmente empresários, acerca da discriminação racial que envolve o setor. Para o secretário de Relações do Trabalho, Luiz Máximo, "através deste mecanismo — a conscientização — poderemos não diria eliminarmos, mas diminuirmos, num passo inicial, a ocorrência destas discriminações injustificáveis".

A cartilha explica e combate a discriminação racial

LÚCIA MARIA



A cartilha "O Negro no Mercado de Trabalho" foi lançada no dia 31, no mesmo evento da instalação do grupo de "Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho", na Secretaria de Estado de Relações do Trabalho.

De autoria do sociólogo Clóvis Moura e do cartunista Maurício Pestana, a cartilha foi elaborada com o objetivo de conscientizar o branco e também o negro, sobre o problema da discriminação racial no trabalho no País, inclusive reeducar o branco.

Segundo Clóvis Moura, a cartilha nasceu de uma série de conversas, discussões e reflexões em torno da problemática racial no Brasil. Para ele, os cientistas sociais deveriam transmitir seus conhecimentos de forma mais acessível, para que toda a comunidade reflita sobre o preconceito de cor.

Contando com o bom-humor e a leveza das charges de Maurício Pestana, a cartilha será utilizada pela psicóloga e coordenadora do Setor de Relações do Trabalho do Conselho da Comunidade Negra, Maria Aparecida Teixeira, em seminários e congressos em todo o

Estado, para informar, conscientizar e debater a questão racial que envolve o trabalhador negro, obtendo um mecanismo efetivo de combate ao racismo.

"A cartilha chegou um pouco tarde para o esclarecimento do nosso povo. Deveria ter sido antes, mas todo tempo é tempo. É hora de, através desta cartilha, esclarecer muitas pessoas, pois nela vão encontrar a forma de como são discriminadas e não sabem", disse Ivo dos Santos, 60. Já Antonia Vieira Camargo, achou-a maravilhosa, pois "o negro deve lutar pelos seus direitos, afinal é um ser humano como todos os outros e foi quem mais lutou pelo engrandecimento do País."

Segundo D. Jacira, "é um trabalho muito bom. A discriminação existe, realmente, devemos brigar contra ela, mesmo porque não há motivo para isto". O jovem Edson Barbosa dos Santos, 25, acredita que "poderemos abrir espaço para o negro a partir do momento em que as pessoas que sabem alguma coisa, passaram a informação para outras e assim por diante, e a cartilha é bem por aí".

Maurício Pestana



Na foto, da esquerda para a direita, Ivair Augusto dos Santos, vice-presidente do Conselho, Alda Marco Antônio, atual Secretária de Estado de Relações do Trabalho, Dr. Assis e Luiz Máximo, ex-Secretário do Trabalho.

1º ENCONTRO ESTADUAL DE SINDICALISTAS NEGROS

14, 15 e 16 de março

O Setor de Relações do Trabalho do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, realizou o 1.º Encontro Estadual de Sindicalistas Negros em Embu-Guaçu.

Veja na próxima edição, cobertura completa do evento.



Lideranças negras superlotam encontro em Araraquara

Dois dias de discussão onde foram tiradas várias propostas envolvendo a sociedade em geral, os negros, autoridades locais e estaduais e até o próprio Conselho, para a busca do fortalecimento da comunidade negra e sua inclusão nesta Constituinte



Martinho Januário de Sant'Ana — delegado do Conselho na Cidade

Nos dias 7 e 8 de setembro do ano passado, Araraquara abriu suas portas para o I.º Seminário sobre a Discriminação Racial no Mercado de Trabalho e também "A Comunidade Negra e a Constituinte". Desse encontro participaram lideranças de várias regiões do Estado e, pelo grande número de parti-

cipantes, chegaram até a dizer que "estava mais para um seminário a nível estadual que regional".

O evento foi promovido pela Delegacia Regional do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra desta cidade e coordenado pelo seu delegado Martinho Januário de Sant'Ana. Naquela ocasião os militantes negros, representantes de sindicatos de empregados, Sesi, Senac, Secretaria do Trabalho, Sine, autoridades locais, dentre outros, manifestaram o espírito de integração, analisando a economia brasileira, a mão-de-obra negra no mercado de trabalho, a mão-de-obra negra em Araraquara e região, recrutamento, seleção profissional e discriminação racial além de comunidade negra e a Constituinte.

Os participantes levaram propostas para minimizar o problema da discriminação racial e tantos outros que envolvam e inibem o avanço do negro. Reiteraram, mais uma vez, a necessidade da organização e também a intervenção do Conselho frente ao Governo para que este crie formas determinadas de ação e condições para uma real participação do negro em todo os setores da sociedade brasileira.

CONSTITUINTE

Após a explicação do vice-presidente do Conselho, Ivair A.A. dos Santos, que fez um apanhado geral de todas as Constituintes já existentes e a necessidade de nesta ter um mínimo de participação popular que as outras não tiveram, os participantes desse seminá-

rio exigiram a aplicação e a garantia da CLT extensiva a todos os trabalhadores, incluindo todos os benefícios da Lei da Previdência Social e, além da garantia constitucional, a punição da discriminação racial e que seja incluído o salário-desemprego para que o trabalhador sobreviva quando estiver desempregado.

Exigiram ainda que a Nova Constituição dê garantia popular na elaboração das leis ordinárias e que seja assegurado ao trabalhador um cálculo do salário mínimo real, grantindo, por outro lado, que todas as empresas públicas e privadas sejam obrigadas a preencher em seus quadros de funcionários, em todos os escalões, com um percentual de negros a ser estudada convenientemente.

Projeto de Desenvolvimento Cultural e Social no Vale do Ribeira

A Secretaria do Interior, Conselho da Comunidade Negra, Unicamp, Sudelpa — Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — e Cepam — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — estão desenvolvendo o Projeto de Mapeamento das Comunidades Negras do Vale do Ribeira.

Com base num trabalho já realizado em Cafundó — comunidade de negros próxima a Salto do Pirapora — este projeto visa localizar todas as comunidades do Vale, para facilitar o seu

desenvolvimento cultural e social, cumprindo a meta do secretário Chopin Tavares de Lima.

Os trabalhos ainda estão iniciando, mas, para Jurandir Nogueira "a população do Vale do Ribeira é constituída por 90% de negros e lá se encontram até antigos quilombos". Para Jurandir, funcionário da Secretaria do Interior e membro do Conselho, "a história do Vale não está bem contada, mas é fascinante, desde que se elimine seu grande problema fundiário, onde os grileiros tomam terras e matam os posseiros".

O negro e o Sindicato

Tem-se assistido nos últimos anos, em especial a partir de 1978, a vigorosa retomada do movimento sindical brasileiro.

Em consequência do ressurgimento do chamado sindicalismo autêntico, o movimento sindical voltou a inserir-se no cenário político como uma força a ser considerada na elaboração das políticas econômicas do governo e no próprio rumo da economia nacional. Especialmente no plano econômico, é inquestionável que mesmo a duras penas tal movimento tem obtido conquistas que minimizam significativamente os efeitos desastrosos do "milagre econômico brasileiro" sobre os trabalhadores. No limite, poderia-se afirmar que a passos firmes

comum entre Conselho e Movimentos Negros não é emanar linha política, mas contribuir para que um problema, que concretamente existe, passe a ser incluído nas pautas de discussão da política sindical, por via dos próprios trabalhadores negros.

Finalizando, acreditamos que, para que seja consequente uma ação política que vise comprometer o movimento sindical com nossas reivindicações específicas, não poderá prescindir de nenhuma força política. Isto porque, concretamente, os trabalhadores negros atuam ou se encontram sob a esfera de atuação de todos os sindicatos e de todas as tendências político-ideológicas, o que significa que ou formamos unidade neste trabalho ou vamos uma vez mais na posição de espectadores da história.

HEDIO SILVA JUNIOR

ENCLAT

No Encontro das Classes Trabalhadoras, realizado nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro, cerca de 500 dirigentes sindicais aprovaram a reconstrução da Central Geral dos Trabalhadores — CGT — além de elaborarem propostas como um dia de greve pela moratória unilateral e soberania, a serem apresentadas no plenário do 2.º Congresso, em março.

Foi criada, também, a Secretaria de Desenvolvimento e Participação do Trabalhador Negro, sendo escolhido como secretário Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira.



Oswaldo Ribeiro, à frente: "Resgatar a dignidade dos trabalhadores"

O conselheiro Oswaldo Ribeiro, presidente do sindicato dos aeroviários, foi nomeado presidente da CONCLAT ESTADUAL, no último encontro das Entidades de Classes Trabalhadoras — ENCLAT — realizado nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro.

Para Oswaldo, 45, "o sindicato hoje é uma das principais trincheiras para resgatar a dignidade dos trabalhadores. Há também a necessidade de os trabalhadores negros se organizarem, particularmente no sentido de levarem reivindicações específicas à pauta de propostas dos sindicatos".

O presidente estadual da CONCLAT propõe em sua gestão organizar homens e mulheres nas fábricas, nos cortiços e nas ruas, a fim de iniciar uma luta vigorosa para fazer prevalecer os direitos do trabalhador.

Taquaritinga

O Movimento Negro em sua fase moderna destaca-se pela preocupação em usar o espaço que é seu na edificação de uma sociedade justa, onde deveres e direitos sejam distribuídos igualmente a todos os cidadãos.

Com o advento da Nova República cresceu esta preocupação aliada à esperança de participação neste novo processo de estruturação nacional. Para tanto é necessária a organização.

A exemplo disso, a Comunidade Negra de Taquaritinga engajou-se nesta luta com todas as forças, provando isso pelo trabalho que vem desenvolvendo desde sua participação em Araraquara no "I Seminário Sobre a Dis-

criminação Racial no Mercado de Trabalho e Comunidade Negra e Constituinte" no mês de setembro do ano passado, sendo que, em novembro Taquaritinga prestava sua homenagem a Zumbi dos Palmares e nos dias 7 e 8 de dezembro, esta cidade já realizava seu 1.º Seminário, discutindo "O Negro e a Nova República". É fácil de explicar tal façanha, basta conversar com Maria Bahia, Luiz Gonzaga, Jorginho, Dona Dinha, Luz Zuchi e outros companheiros que não poupam esforços para que a Comunidade Negra daquela cidade se organize cada vez mais e conquiste sua real posição e tudo que lhe é de direito.

Taubaté realiza em maio o 3.º Encontro de Entidades Negras



Aloísio Rodrigues da Silva, um dos fundadores do CECCAB-Taubaté

O Ceccab (Centro de Estudos Comunitário Cultural Afro-Brasileiro) foi fundado em 1980 por um grupo de negros, com o intuito de desenvolver trabalhos efetivamente voltados para a preservação e divulgação da cultura afro-brasileira.

Desde a sua fundação, o Ceccab promoveu eventos como o Feconezu, concurso Miss Afro-brasileira da Aca-bab e a primeira Semana Afro-

Brasileira em Taubaté, onde deu maior destaque à peça "E agora falamos nós da teatróloga Teresa Santos e Eduardo de Oliveira.

O Ceccab irmanou-se a outras entidades negras do Estado de São Paulo, dentre elas, o Coletivo de Mulheres Negras e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, criado em 1984 pelo Governo Montoro.

Em 1984 o Ceccab realizou o I Simpósio das Entidades Negras do Estado de São Paulo e em 1985 patrocinou o II Encontro das Entidades Negras, também do Estado de São Paulo.

Após um período de transição e dispersão, o Ceccab volta a se rearticular no III Simpósio das Entidades Negras de São Paulo, a se realizar no período de 2 a 4 de maio, próximo, na Casa de Cursilo em Taubaté. Os interessados podem entrar em contato pelos telefones: 33.3732, 32.2771 e 33.3988 ou escrever para o Ceccab, rua Juvenal da Costa e Silva, 397 CEP 12080, Taubaté/SP.

Clube 28 de Setembro



Nos dias 17, 18 e 19 de janeiro, em São Paulo, a Conclat realizou o 1.º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora. Pela primeira vez a mulher negra teve oportunidade de falar, para 4.126 mulheres vindas do País inteiro, das suas questões específicas, ou seja, a discriminação que sofre por ser mulher, negra e pobre.

O Congresso em que a trabalhadora negra falou

ROSÂNGELA DE PAULA

Nosso dinheiro vem, nosso dinheiro vem, se não vem nosso dinheiro o Brasil perde também" (música). "Reforma Agrária Já". "Abaixo a discriminação". Agora tem que ter mulher na C.G.T.". Mulheres unidas jamais serão vencidas". Essas palavras de ordem e outras foram repetidas como vivacidades nos dias 17, 18, e 19 de janeiro, em ocasião da realização do 1.º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora.

A CONCLAT — Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora realizou o congresso baseado no fato de que as mulheres são 40% da força de trabalho e que as dificuldades que enfrentam, ao participarem como força ativa da produção, são mais sérias ainda que as enfrentadas pelos homens, tais como, discriminação salarial, racial, acesso a cargos de chefia e técnicos na empresa, dupla jornada de trabalho, ausência de creche, etc.

Participaram 4.126 mulheres, congregando trabalhadoras de todas as categorias profissionais, com objetivo de discutir amplamente as condições de vida, trabalho, saúde educação e salários das trabalhadoras urbanas e rurais, bem como sua posição frente à situação nacional, visando a uma maior unidade para fazer avançar sua participação na realidade social, política e econômica.

Estiveram presentes neste congresso, o ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro, ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, ex-ministro da Cultura Aluizio Pimenta, Lucy Montoro, Ruth Escobar-presidenta do Conselho Nacional do Direito da Mulher, Alda Marco Antonio Presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina, Luiz Máximo, ex-secretário de Estado do Trabalho, deputado Jair Andreoni, Floriza Veruci, da Comissão pré-Constituinte, Executiva Nacional e Estadual da Conclat, Ivair Augusto dos Santos, Vice-Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, os Conselheiros Ubiraci Dantas, Vilma Lúcia de Oliveira, Oswaldo Ribeiro, Presidente do Sindicato Aeroviários e Oswaldo Santiago-diretor do Sindicato dos Telefônicos.

CONGRESSO DE FESTA, DINAMISMO E DISCUSSÃO.

Participando delegações de mulheres de todo o País e mais duas delegações estrangeiras, do Chile e Argentina, o Congresso foi contagiado por um clima de muita festa e dinamismo. A mulher pernambucana fez questão de marcar sua presença, cantando num coro harmônico, "Ó Xente, Ó Xente, Ó Xente, Pernambuco está presente". E as Mineiras? Essa também cantou, "Ó Minas Gerais, Ó Minas Gerais quem te conhece não esquece jamais...", e o som ressoou por todos os cantos do Projeto SP. As cariocas, como não poderia deixar de ser, largaram o pique no samba, esfriando com as paulistas com



"São Paulo da garoa, São Paulo terra boa".

Mas nem só de festa se fez o Congresso, reunidas em plenárias, no Projeto SP, Sindicato dos Metalúrgicos, as delegadas trabalhadoras levantaram as discussões, propostas e mocções sobre a temática do Congresso, que abordou quatro itens: A situação Nacional e a Mulher Trabalhadora, a Situação da Mulher Trabalhadora, a Participação da Mulher nas entidades Sindicais, e Mulher Trabalhadora e a Constituinte.

A CONSTITUINTE

As propostas aprovadas, serão encaminhadas às entidades de trabalhadores, parlamentares, Congresso Nacional e todos os setores da sociedade, responsáveis pelas condições de vida e de trabalho das mulheres. As que mais destacaram foram: Reforma Agrária Já; Ampliação da assistência previdenciária ao trabalhador rural; Regulamentação de todas as profissões; Direito de Greve; Garantia de todos os direitos trabalhistas; Salário igual para trabalho igual; Que os sindicatos se fortaleçam com a participação das mulheres trabalhadoras, criando os departamentos femininos; Garantia de Salário mínimo, limite de jornada de trabalho; Férias e 13.º regulamentados pela CLT para as empregadas domésticas. Referente à Constituição, exigiram: direito à liberdade de participação e organização, sem qualquer discriminação. Garantia que a mulher possa ter adequado direito à maternidade, entre outras.

A MULHER NEGRA SE FEZ PRESENTE

"A importância do 1.º Congresso da Mulher Trabalhadora deu-se pelo fato de que foi a primeira vez que a mulher negra teve a oportunidade de falar sobre os seus problemas específicos, ou seja, discriminação que sofre por ser mulher, negra e pobre". Esta opinião é da psicóloga Maria Aparecida Bento Teixeira, coordenadora do Setor de Relações do Trabalho do Conselho da Comunidade Negra.

A partir de um trabalho feito pelo historiador Clovis Moura, Maria Aparecida, mulheres negras eletrificadas e negras ligadas ao Conselho, elaboraram a tese apresentada no Congresso, sendo aprovada por unanimidade pela plenária. Enumerando algumas propostas destacaram: que as militantes sindicais integrem nos seus gru-

pos as trabalhadoras negras, levando conjuntamente suas reivindicações e propostas; Que se destrua dentro dos sindicatos o mito da democracia racial; Que órgãos e entidades que realizam pesquisas com relação ao mercado de trabalho, incluam sempre o item "cor"; Que os sindicatos realizem campanhas, visando destruir o estereótipo negativo do negro; Que se inclua na Constituição que a discriminação racial é crime contra a humanidade, etc.

Quanto ao Congresso da Conclat em março, quando será criada a C.G.T. Central Geral dos Trabalhadores; Maria Aparecida comenta que, a mulher e o homem negro devem estar presentes, "não só lá, no Congresso, mas também no momento de organização, arregimentando forças de mobilização de trabalhadores, para alcançarmos outra vez o sucesso, como foi o Congresso da Mulher".

Momentos de emoções para Maria Aparecida durante o Congresso, foram a presença em massa da mulher negra, e quando, "as mulheres negras se dirigiam a mim e me abraçavam, dizendo que o Congresso representava um grande passo, pois se sentiam em casa. E lamentaram que quando iam aos sindicatos e reuniões, sempre encontravam um grupo de mulheres brancas, falando de mulher, mas nunca da questão específica da negra, mas nesse congresso finalmente se viram representadas".



Por trás da foto, os fatos

RICARDO DIAS

Uma amiga sempre me diz que não é preciso tomar espaços e sim ocupar espaços. Nesse sentido, no 1 Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, marcamos um gol de placa, por um lado e pisamos a bola, por outro.

Palácio das Convenções no Anhembi, noite de abertura. Na platéia: Jura, Neusa e outros, frenéticos, distribuíram o nosso jornal para cada uma das quatro mil pessoas presentes. No palco, uma mesa de honra era formada por Ruth Escobar, Lucy Montoro, Nelson Ribeiro, (Ministro da Reforma Agrária) e outros menos votados, e a mulher negra de São Paulo quase que não se fez presente.

Num certo momento, o conselheiro Oswaldo Santiago, ao meu lado, foi cobrado por uma companheira do Movimento Negro do Recife: "Como é? Não vai sentar-

se uma mulher negra àquela mesa?"

Era o que faltava para a impaciência do Oswaldo Santiago transbordar. Consegui o apoio de alguns jornalistas negros, que estavam lá reportando, falou com o vice-presidente, o Ivair, e uns dez minutos depois, um tanto assustada, quase por derradeira, subiu a companheira Maria Aparecida, coordenadora do Conselho da Comunidade Negra.

Ao chegar sua vez deu o recado que todos nós negros esperávamos: "A mulher negra é triplicamente discriminada. Por ser mulher, por ser pobre e por ser negra, apesar de continuarem afirmando que tudo é apenas uma questão de classe social".

O Oswaldo Santiago, ao meu lado, soltou um formidável "muito bom", mas ninguém ouviu. Sua voz foi encoberta pelas palmas da platéia.

Tese discute a discriminação na escola pública

"O Silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial" foi o tema da dissertação de mestrado em Educação apresentado na Universidade Federal de Minas Gerais, em dezembro de 85, por Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, coordenador do departamento técnico-pedagógico do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, vinculado à FAE/MEC.

O objetivo da pesquisa foi estudar as diversas formas pelas quais a discriminação racial se manifesta na escola pública de 1.º grau. Focalizou-se, em outros aspectos, o papel dos professores na seleção e transmissão de conteúdos racistas que penalizam as crianças não-brancas, dificultando-lhes a formação de um Ideal de Ego Negro. Idéias pedagógicas dominantes combinadas com os rituais pedagógicos vigentes na escola transformaram-se em mecanismos de seletividade, que acabaram silenciando a história da rebelião dos grupos étnico-raciais não-brancos na formação da sociedade brasileira.

A partir da análise desses aspectos acima mencionados, o autor esboçou (tendo como referencial o programa de ação do MNU de 1982) um projeto educativo que visa à melhoria do ensino, de forma a contribuir para a "destruição" do silêncio compulsório a que os grupos étnico-raciais não-brancos foram submetidos ao longo da história do Brasil. A referida dissertação está sendo transformada em livro a ser publicado em breve.

O Conselho da Comunidade Negra promoverá o curso "Introdução à História da África", ministrado pelo professor Luís Carlos S. Santos. O curso visa fornecer aos participantes uma compreensão do processo histórico-africano da pré-história aos dias atuais.

As inscrições estão abertas à comunidade negra e aos professores da rede estadual, municipal e particular de ensino. O número de vagas será limitado. Serão selecionados aqueles que comprovarem ter realizado trabalhos vinculados à cultura negra e que sejam professores.

Período de inscrição: 1.º de março a 30 de maio.

Informações pelos telefones: 223-8477 e 223-8674.

Prefeitura rejeita mudança curricular

Mais uma vez o negro foi impedido de contar sua história. Aliás, é histórico o fato de governantes deste país cercarem a emancipação do negro, queimando seus registros e impedindo que estes sejam publicados. Ruy Barbosa, com pretexto de apagar "a mancha da escravidão no Brasil", queimou os arquivos que versavam sobre a situação do negro neste país.

Desta vez, o sr. prefeito da cidade de São Paulo e o atual secretário da Educação consideram a reformulação do currículo feito pela Secretaria Municipal de Educação, com a colaboração da Comissão de Educação do Conselho da Comunidade Negra, com tendência de desenvolver lutas raciais e desintegradoras.

Contar a verdade não estimula discriminação, pois o povo afro-brasileiro já é discriminado e alienado de todo processo de crescimento.

Senhores governantes, necessitamos utilizar a educação como instrumento de libertação dos povos oprimidos. Neste sentido, continuaremos a luta para que esta programação curricular seja implantada.

Comissão de Educação

Pesquisa realizada com professores revela dados alarmantes

Com o objetivo de avaliar os aspectos que seriam interessantes abordar em relação à história do negro no Brasil, bem como medir o grau de informação sobre a história do negro no Brasil, o Conselho, através de sua Comissão de Educação, realizou uma pesquisa em 12 cidades do interior de São Paulo, com 40 professores, e em três escolas de 1.º grau da zona leste da capital com 170 alunos.

A conclusão desta pesquisa foi efetuada por dois sociólogos negros, membros da Comissão de Educação do Conselho.

Questionados sobre a história de Zumbi dos Palmares, grande parte dos professores a conhecia. Entretanto, apenas 15% deles tomaram conhecimento através de livros. A maioria citou o filme "Quilombo", de Cacá Diegues, como único contato com a história de Zumbi. Quanto aos alunos apenas 30% responderam que sim, mas, somente ouviram falar, sem ter tido nenhum contato com quaisquer tipos de veículo, o mais alarmante é que 70% sequer ouviram falar.

Quando abordados para responder quais os negros de destaque que conheciam dentro da literatura, artes, política etc, citaram o abolicionista José do Patrocínio, Milton Nascimento, Grande Otelo, Martin Luther King e Esmeraldo Tarquinio. Notou-se que, apesar de citar representantes de todas as áreas, o nome que apareceu com maior evidência foi o de Pelé (esportista). Outro fato interessante foi o total desconhecimento na área de literatura e artes plásticas negra contemporânea. Quanto aos alunos, citam apenas artistas negros que aparecem com certa frequência na televisão.

Os professores colocam a necessidade de revelar a importância cultural dos afro-brasileiros, suas lutas de resistência e também da abolição. Luta essa que se cristaliza na atual situação do afro-brasileiro. Os alunos, por sua vez, acham a questão da discriminação racial um ponto relevante, aliado à marginalização, ou seja, a exclusão dos afro-brasileiros do processo de desenvolvimento econômico e social que trouxe consequências danosas,

reservando-lhes as piores condições de sobrevivência.

No decorrer da pesquisa foi pedido aos professores e alunos que fizessem um depoimento sobre o tema O Negro no Brasil. Dentre os professores, apesar da diversidade das respostas, o traço comum entre eles é que existe uma diferença social significativa entre brancos e negros. Já nos alunos, nota-se uma maior radicalização no tratamento da questão, e identificam nitidamente as diferenças no acesso ao trabalho, nos papéis televisivos, a ausência na estrutura do poder e reclamam um tratamento igualitário.

Os professores na sua totalidade revelam a importância da Constituinte, e colocam a importância da manutenção do artigo sobre igualdade social, econômica, racial e religiosa, reforçando artigos que punam a discriminação racial e garantam efetivamente a cidadania. Quanto aos alunos verifica-se que apesar do desconhecimento da questão, eles evidenciam a necessidade da igualdade racial.

Em sua grande maioria os professores condenam o regime Sul-Africano (Apartheid) e quanto aos alunos, a maioria desconhece o assunto em questão.

Em cima das respostas obtidas na pesquisa em questão, chegou-se a uma conclusão. O grau de informação sobre o tema O NEGRO NO BRASIL está longe de ser abordado a contento, uma vez que, ao que parece, o próprio condicionamento imposto pela estrutura educacional do País, limita o trabalho do educador, ou mesmo sua formação não permite questionar, para que possa reavaliar o que e como está vinculado dentro de uma sala de aula.

Quanto aos alunos foi possível observar que estes, identificam, empiricamente a problemática "trabalhando" constantemente com os estigmas sociais impostos aos negros ao longo do processo histórico. Eles têm a preocupação de saber porque os negros são mais pobres, mais visados pela polícia, enfim, identificados constantemente como marginais.

Notamos a existência de um paradigma educacional muito preocupante;

o que ocorre basicamente é o seguinte: na relação emissor/receptor nós temos um emissor que desconhece a realidade do seu receptor, gerando desta forma um processo anômalo, ou seja, o receptor não entende o emissor e este, por sua vez, considera o receptor incapaz, estigmatizando-o (burro, vagabundo, é negro, é um favelado etc...)

É ao nosso ver nesse paradigma que reside as barreiras para o afro-brasileiro uma vez que há evasão escolar, alto índice de repetência e a própria estigmatização que os mesmos sofrem na escola, em decorrência do choque existente entre a sua realidade, concreta, e a "realidade" que lhe tentam passar no processo educacional que está totalmente em descompasso com o seu cotidiano.

Dai a necessidade de pensarmos, a curto prazo não só uma mudança curricular aonde estejam relacionando a transmissão da linguagem culta com a realidade concreta do receptor.

Em última análise, é necessário que um novo currículo traga a história da formação do Brasil, dando-se ênfase ao escravo, posteriormente trabalhador livre excluído do processo de desenvolvimento econômico e social. As consequências desta exclusão, nos dias atuais, obviamente trará no seu bojo a necessidade de uma reciclagem no quadro do magistério, para que o emissor possa trazer as questões relativas à realidade do negro e não-brancos na sociedade contemporânea dentro de um novo enfoque histórico crítico, que permita ao receptor identificar o porquê dos negros e não-brancos serem tão miseráveis, visados e marginalizados.

Tais medidas resolvem a médio prazo pelo menos alguns problemas, sendo eles: diminuição do índice de repetência, extinção de estigmas, desmistificação do crivo seletivo em relação ao negro e aos não-brancos no acesso ao trabalho e a realocação do negro no mercado do trabalho.

VALTER ROBERTO SILVERIO
ELSON RUDIARD DOS SANTOS —
Membros da Comissão de Educação do Conselho

RICARDO DIAS

Carnavais de guerra em tempo de paz

A caminho do Centro Cultural São Paulo, onde haveria o lançamento do livro Carnavais de Guerra, de Dulce Tupy, e mais a abertura da exposição do material iconográfico utilizado no mesmo, veio a pergunta usual: a autora é negra? Tereza Santos, que em nome do Conselho da Comunidade Negra prestava apoio à organização do evento, respondeu que não, e complementou: há brancos fazendo trabalhos muito bons com relação à cultura negra.

Depois de conhecer o trabalho da autora, uma paulista que foi para o Rio com seis anos de idade, e lá se tornou jornalista, o mínimo que se pode dizer é que o mesmo enriquece sobremaneira a bibliografia a respeito do assunto. Quando menina, Dulce Tupy maravilhava-se ao ver os sambistas descenderem dos morros que circundam a Tijuca, onde morava, para mostrar suas escolas de samba no bairro, antes de seguirem para o desfile de carnaval. Bem por isso, depois de estudar belas artes e comunicações, resolveu ser pesquisadora sobre o carnaval.

Com cerca de duzentas ilustrações de jornais de época, fotos de Walter Firmo e da própria autora, Carnavais de Guerra é, principalmente, uma abordagem do carnaval carioca. Desenvolvido a partir de um trabalho encomendado pela Funarte, centrado nos anos 30/45 — daí o título —, Carnavais de Guerra entre outras coisas fala da obrigatoriedade do enredo ufanista no período da ditadura de

Vargas e de outras tantas formas de interferência do Estado no carnaval de rua. Mas a autora não se limita a esse período histórico, e faz correlações entre o carnaval e os demais acontecimentos da vida brasileira de forma geral, do início do século até 1984.

A respeito da afirmação corrente de que o carnaval é a cada dia menos negro, Dulce Tupy declarou que sempre houve o carnaval de elite, o carnaval da pequena burguesia e o carnaval do pro-

letariado negro, ou seja, o carnaval dos cordões, que deu origem às escolas de samba. Para ela, esse é o carnaval que mais se desenvolveu, e, mesmo que tenha sofrido descaracterizações, repudiá-lo é uma atitude precipitada, fruto de uma análise superficial dos fatos.

E conclui: o carnaval de rua, símbolo da cultura brasileira, é uma manifestação inequívoca da força do povo negro.

A comunidade negra está convidada a comparecer ao grande show "O SAMBA COMANDA O ESPETÁCULO", dia 23 de março — sábado de aleluia —, às 21 horas, no Ginásio do Pacaembu. O show será realizado em benefício aos menores carentes da Associação Assistencial e Promocional

Áurea Brasileira, que desde 71 auxilia estes menores. O evento contará com a presença de inúmeras atrações do mundo do samba, escolas de samba e blocos carnavalescos, a AAPAB recebe doações através da conta 11.654-1 ag-0786, Banco Itaú. Maiores informações pelo telefone comunitário 832-5839 — São Paulo.



O cantor Aduari Alves lançou o terceiro LP de sua carreira numa festa em benefício da APAE, no dia 15 de março no Centro Comunitário de Franco da Rocha. Militante negro do município, corretor de imóveis e cantor romântico, o maior sócia de Agnaldo Timóteo, Aduari afirma que nunca deixará o estilo romântico em suas músicas.

A vigília literária do Quilombhoje

O ano de 1986 começa com boa parte das atenções voltadas para a Literatura Negra. O Quilombhoje, por exemplo, lança em maio o Livro do Autor, projeto que visa oferecer a cada membro do grupo, uma vez ao ano, a oportunidade de publicar um livro individual. O primeiro Livro do Autor — Poemas para o Meu Amor, de Oubi Inaê Kibuko — foi lançado em 1984. No ano seguinte, a publicação de “Estrelas no Dedo” (poemas), de Mirian Alvez, deu continuidade ao projeto. E em 86 é a vez de Jamu Minka, com seu livro de poemas. Teclas de Ébano.”

O autor fez questão de reunir textos que revelam a evolução de seu trabalho desde o fim da década passada, quando participava da execução de jornais como o Versus e o Jornegro. Jamu também é um dos fundadores da coletânea Cadernos Negros — hoje no 8.º número. E o fato de a coletânea ter surgido no seio do movimento negro paulista, em 1978, justifica em muitos poemas, a evidência de um clima de militância política, como em “Apartheid”: “no ronco da fome imposta/nossos corpos/canhões na rota da libertação”.

Entretanto, o leitor também se deliciará com momentos de grande lirismo, em que o poeta viaja por dentro de si mesmo, mas não esquece (ou não escapa) das influências do mundo. Eis o poema “Ciclista”: “tenho sílabas no sangue/vivo alfabetizando sentimentos/pedalando a vida na roda-viva dos pensamentos”.

Outra preocupação do Quilombhoje é o fato de a literatura muitas vezes reforçar preconceitos raciais, o que levou à produção de textos críticos, publicados pela primeira vez, de forma apostilada, em 1982, dois anos após a criação do grupo — durante o III Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado na PUC-São Paulo. Os textos discutem questões polêmicas que vão desde o racismo contido nas histórias de Monteiro Lobato até o caráter discriminatório do Modernismo, por exemplo, além de recuperar a importância de obras de autores negros marginalizados pela historiografia oficial ou acusados, pelos teóricos brancos, de evitar discutir a questão racial em seus escritos. E há também a preocupação em desenvolver propostas de uma linguagem que caracterize a especificidade da Literatura Negra.

ESMERALDA RIBEIRO
E J. ABÍLIO FERREIRA

Conselho lança “Reflexões”

Oito escritores do grupo Quilombhoje, com o apoio do Conselho da Comunidade Negra, se uniram e lançaram o livro “Reflexões”. Para Cuti, Esmeralda Ribeiro, J. Abílio Ferreira, Jamu Minka, Márcio Barbosa, Miriam Alves, Oubi Inaê Kibuko e Sônia Maria da Conceição, este livro não tem a proposta de ser nem começo nem fim, mas sim ser parte de uma luta que lhes transcende. Para o grupo esta luta começou muito antes e vai continuar depois deles.

“Reflexões” já foi publicado — em forma de apostila — no III Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1982, PUC - São Paulo. Só que agora, com edição ampliada, com o acréscimo de mais textos, com os anteriores reescritos e com um trabalho gráfico mais elaborado, já pode exigir um alcance maior de público.

De acordo com a apresentação do Conselho da Comunidade Negra, “Reflexões” é a realização de um sonho, de ser reconhecida publicamente a luta do Quilombhoje, daqueles que “escrevem sob a perspectiva de ser negro”, valorizando “a literatura negra realizada com muito sacrifício”.

Jornalista é discriminada em São Paulo



O zelador do edifício Lidya, nas imediações da Rua Augusta, disse que tinha ordens de não alugar apartamentos a “pessoas de cor”

A jornalista negra Leni Vasconcelos no dia 26 de dezembro foi impedida de alugar um apartamento no edifício Lidya, situado na Rua Marquês de Paranaguá, 66, sob a alegação do zelador Raimundo Soares de que tinha ordens de não alugar apartamentos a “pessoas de cor”.

No dia 31 do mesmo mês, Leni retornou ao local acompanhada de uma equipe de reportagem do jornal Folha de São Paulo — onde trabalha como diagramadora — na tentativa de confirmar o ato discriminatório. O zelador, no entanto, negou a existência de qualquer apartamento vago e afirmou que problemas relativos a aluguéis eram tratados com a administradora do edifício, Thais Pierre. A administradora negou a discriminação e afirmou, posteriormente, que ali residiam duas garotas negras, que não estavam no local no momento da entrevista.

A jornalista dirigiu-se ao 4.º DP., onde o delegado Rubens Cintra comprometeu-se a tomar providências, podendo até mesmo instaurar inquérito. Entretanto, no dia seguinte, 2 de janeiro, o delegado Rubens Cintra disse que não poderia instaurar inquérito pois, de acordo com a Lei Afonso Arinos, o ocorrido não incide em crime, mas em contravenção.

Em depoimento prestado no dia 6 de janeiro, Leni Vasconcelos reafirmou ter sido discriminada e o escrivão José A. de Souza disse que os envolvidos no caso, serão intimados para prestar depoimento o mais depressa possível.

Retornamos ao edifício Lidya no dia 6 de janeiro e lá chegando fomos informados por Jacob Acioli Amorim — porteiro — de que o zelador estava de licença para procurar um filho desaparecido desde o Natal.

Não é a primeira vez que Leni Vasconcelos é discriminada. Para ela a Lei Afonso Arinos, mesmo ampliada pelo presidente Sarney, continua sendo uma lei frouxa. “As pessoas ficam impunes. Esta lei deveria ser mais enérgica com os infratores. O que eu mais lamento é o racismo enrustido que existe e faz com que as pessoas finjam que ele não existe”.

Polícia Militar invade apartamento e agride negros



Adir Nogueira com seu braço imobilizado e Romeu Macedo, morador do apartamento invadido pela polícia.

Dois Radiopatrulhas, prefixos 0706 e 0701, sob o comando de um policial visivelmente embriagado e mais duas Tático Móvel 0770 e 0776, montaram um verdadeiro cenário de guerra nas primeiras horas do dia 19 de janeiro, na Rua Silveira Martins, para reprimir militantes do movimento negro que se encontravam numa festa familiar, agredindo homens e mulheres e horrorendo crianças.

A festa, segundo depoimentos de vizinhos que se encontravam apavorados e revoltados com o barbarismo da polícia, não estava incomodando ninguém. Mesmo assim, demonstrando seu alto grau de eficiência para reprimir cidadãos indefesos, os policiais partiram para cima dos jovens com cacetetes, revólveres e metralhadoras.

Após este verdadeiro ato de selvageria, dois jovens foram levados ao 1.º Distrito Policial onde, juntamente com a maioria dos convidados da festa, que para lá se dirigiram prestando solidariedade, foram novamente agredidos e humilhados pelo delegado de plantão com a ajuda de policiais.

E como não podia ser diferente, um dos detidos, José G. Pereira — membro da Pastoral do Menor — foi indiciado por desacato à autoridade e resistência à prisão, tendo que pagar fiança para ser libertado.

O jovem Adir Nogueira, teve seu braço engessado devido à ação dos policiais, além de outros 14 jovens saírem feridos.

Para o movimento negro, esta ação da polícia não pode ser encarada como um fato isolado, mas, sim, como mais uma constatação da realidade vivida cotidianamente pelo povo brasileiro, em particular pelos negros, que a cada dia sentem-se mais inseguros em face da ação violenta da PM.

O movimento negro, além de denunciar este ato de selvageria, convoca todos os democratas e progressistas para, juntos, exigirem medidas concretas do Secretário de Segurança Pública, Eduardo Mulyaert, pelas agressões, torturas e mortes sofridas diariamente pelos trabalhadores, na sua maioria negros, por parte da Polícia Militar.

O setor social e a Comissão do Menor e Família do Conselho da Comunidade Negra, através da coordenadora Maria José Moraes, recebeu o menor José Humberto de Almeida Reis que vinha sendo acusado de participar de uma quadrilha de delinquentes no bairro do Itaim.

Sendo ele menor e inocente, não poderia ter sua foto publicada em qualquer veículo de informação, no entanto a foto foi publicada no jornal Notícias Populares, no dia 16 de novembro.

José Humberto procurou auxílio junto ao setor social do Conselho, que recorreu ao Promotor da Justiça, elaborando, imediatamente, a sua defesa. Baseando-se na reparação e retificação na Lei de Imprensa, teve encaminhado ao jornal Notícias Populares o compromisso para que houvesse a retratação do jornal quanto a este grave erro.

A comunidade agradece os Promotores de Justiça da Coordenadoria das Curadorias do Menor: Munir Cury, Paulo Afonso Garrido de Paula e Juran Norberto Maçura, pela prestativa colaboração na solução deste incidente.

“A louca dinâmica social”

Que saudades dos tempos em que a pessoa humana amava, compreendia, sentia, palmilhava, previa, educava, acalentava, somava, era solidária e tinha espírito de confraternização.

Que saudades em que, ao ouvir as badaladas do sino da Igreja, se benzia ao meio-dia, rezava às 18 horas, ouvia-se a hora da Ave-Maria no rádio, apreciava lindíssimas melodias.

Que saudades da água cristalina de poços, da fruta que amadurecia no pé, do caneteiro de cheiro-verde, da galinha no quintal, de ovo fresquinho.

Que saudades dos carnavais de confetes e serpentinas, que não voltam nunca mais, das festas juninas no quintal, dos Natais familiares.

Que saudades do bolo de fubá, do aroma e do paladar do café, da rapadura, do leite único e puro, do pé-de-moleque, da bala de coco queimado, do canto dos pássaros, da brisa da madrugada.

Que saudades das cortinas nos ônibus e lotação limitada, da buzina do Café Jardim, do mascate e do pipoqueiro trovador da gaita do afiador, do coquinho amarelinho, do remo no Tietê, da límpida água dos rios, dos pés de caraguatás nas serras limpas e verdinhas, das noites estreladas, do ruído das cascatas.

Que saudades! Porém, não de dizer: Esse elemento é saudosista, só vive no mundo da nostalgia é contra o progresso.

Então, vejamos o todo oposto do saudosista, ou seja, “a dinâmica em que vivemos hoje”, se é que se pode chamar de vida.

Aí está o progresso vil, agressivo, dogmático, imperativo, intocável, não respeitando a figura principal que é o ser “humano”.

Ainda que sofistique e dê mais conforto pela tecnologia, à alguns, traz grandes danos a muitos, individualizando a pessoa em uma multidão, aumentando a fome, as doenças, a ignorância, a frieza e violência urbana.

A dinâmica é reflexo do progresso competitivo, desenfreado que passa sobre as pessoas recalçando, individualizando, hostilizando, ferindo e matando.

E a reserva social que são nossos filhos, netos e descendentes, será que há esperança para o futuro?

Não vemos nem sentimos planos eficazes para a educação e orientação dos jovens. Dia a dia aumenta o número de lesões sociais cometidas por crianças que não têm maturidade e são abrutalhadas pelo “status-quo”. Colocamos os jovens num mundo inseguro como se eles não fizessem parte de nós outros, do segmento social natural.

Muitos discursos até calorosos se vêem e se ouvem, porém não existe nada prático nem a médio ou longo prazo a respeito do encaminhamento obrigatório que a sociedade como um todo deve ao jovem.

A sociedade entende hoje, que a criança deve agir e pensar como um adulto, sem contudo encaminhar, orientar e educar o jovem para o amanhã, sem que este esteja habilitado para esta sociedade cruel. Vivemos rústica e duramente numa sociedade “egocêntrica”, “um almoçando o outro antes que seja jantado”, quem está por cima, economicamente, pisa nos carentes, verdadeiros “robôs”, máquinas inconscientes de réus e vítimas, uma sociedade violenta que já atingiu as entranhas da alma.

Deus, hoje, é considerado uma tábua de salvação para acalantar as nossas necessidades momentâneas, quando estamos num sufoco.

Fora isto, é um estranho em nosso coração e em nossas ações. O rico humilha o pobre, o pobre é inimigo do rico, todos estão com os nervos à flor da pele a ponto de a qualquer momento ocorrer uma lesão social.

Será que a lesão social ainda existe? Ou nós já vivemos em comum com a maldade, crueldade, zombaria, malícia e o crime?

Ai estão algumas pequenas razões que me coloco na nostalgia e digo, que saudades do tem em que havia amor na terra.

JOSÉ OSMANYR LUIZ

A Escola de Samba Vai-Vai consagrou-se campeã do 1.º grupo com um total de 95 pontos, depois de um grande tumulto nas apurações. Em 2.º lugar ficou a Escola de Samba Camisa Verde e Branco com 92 pontos e em 3.º a Nenê de Vila Matilde com 91 pontos



Chiclé — presidente Vai-vai



Mestre Lagrila



Basílio — presidente Rosas de Ouro



Mercadoria — vice-presidente Rosas de Ouro



Eduardo de Oliveira Pentead — presidente da UESP



Evaristo de Carvalho, o comunicador do samba



Tobias, presidente da Camisa Verde

“Realmente, em São Paulo é duro fazer samba, porque às vezes você é marginalizado pelo próprio negro”. Esta é a opinião de Carlos Alberto Tobias, presidente da Escola de Samba Camisa Verde e Branco, que junto à diretoria pretende implantar um projeto social dentro da escola.

Sendo considerada a única escola de samba de utilidade pública, as pretensões para este ano são colocar outras atividades, além de creche e cursos profissionalizantes. “Com isso, a gente vai começar a pressionar os órgãos estaduais e

municipais para tentar adquirirmos alguma coisa e partir para empresas particulares para nos apoiar, inclusive no sistema de creche”, afirmou Tobias.

Quanto à questão cultural dentro do carnaval, Tobias comenta que carnaval “é o negro então, no esquema cultural está junto. “A gente ouve as pessoas dizerem, abertamente, que o carnaval de São Paulo é a expressão cultural do negro, mas que está passando às mãos dos brancos”. Tobias acrescenta que o problema é o poder aquisitivo: “Eles têm, chegam mandando o mesmo”.

“Eu acho que o negro deve se impor e acabar com esta história de, sim senhor. Há a necessidade de conscientização, podendo começar com a criança, mostrando que o caminho é pela briga cultural, e que você tem que ser melhor, não no pau, mas no violino bem tocado, na capacidade, pois dessa maneira, a gente acaba ganhando”, concluiu o presidente.

“Brigo muito pela criança, e a prova disso — prossegue Tobias — é que a gente vem retratando as crianças em si. Eu acho que criança é futuro, e sempre falo, os velhos têm que ser respeitados e as crianças incentivadas.”



Mestre-sala e Porta-bandeira do Camisa Verde

CARNAVAL:

Quatro dias de d



Abre-alas do Vai-Vai

De 8 a 11 de fevereiro, a avenida Tiradentes se transformou num grande cenário de luzes e cores, dando direito aos blocos e escolas de samba desfilarem e retratarem a história de forma teatral, cultural e folclórica. Era carnaval. Imbuindo não somente a cultura negra, como também a situação sócio-política e econômica vigente em nosso país, o negro, o branco e o amarelo realizaram a grande festa popular.

Mesmo com toda a chuva, o importante era esquecer as tristezas, desavenças e dificuldades para sambar, pular, extravasar, pois “o importante é ser fevereiro e ter carnaval pra gente sambar”. Mas o carnaval só dura quatro dias, e a Quarta-Feira de cinzas chegou, trazendo-nos de volta à realidade.

O bloco de largada era dado. A sirene soava forte. E vai o povo, livre, que defende sua cultura, somando força, poesia e beleza, mostrando sua arte, fantasia e sonho. Cerca de 40 mil componentes atravessaram os 800 metros de avenida, falando desde o “Quilombo dos Palmares”, “O Palhaço Benjamim, 1.º palhaço negro”, “A dança dos negros”, “Festa para uma Rainha Negra — Luiza Mahim”, até o futuro ano 2000.

As expectativas das 40 escolas eram grandes. Todos no processo competitivo esperavam a vitória. Portanto, o espírito de luta era forte, tentando cada um fazer o melhor possível.

Já foi o tempo em que diziam que São Paulo era só trabalho, e que carnaval era somente Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Apesar das dificuldades que antecederam o carnaval, principalmente no momento de negociar a subvenção, as escolas não se intimidaram e levantaram a poeira, num sentido figurado, pois chovia muito, e sambaram no molhado mesmo, até a quarta-feira de cinzas.

COMBATER A INFLAÇÃO... ESNOBÁ-LA E AÍ VEM MAIS... COM O PALHAÇO BENJAMIM E LUIZA MAHIM

Já raiava o novo dia, quando a Nenê de Vila Matilde entrou na passarela do samba. Um dia apagado, mas a apatia ascendia na era de aquários e torcendo para a seleção, com muito sarcasmo esnobaram a inflação. E para Nilton (ala dos compositores), além desse samba ser uma sátira, é uma forma de cobrar a vivacidade da Nova República.

A Nenê trouxe o Ballet Stagium. Alguns estranharam, outros aplaudiram a ideia de renovação. Mas Betinho, vice-presidente da escola, expli-

cou que pelo samba-enredo falar de liberdade de expressão, porque não conciliar a dança erudita com o samba? “tudo é arte”.

A Rosas de Ouro se sufocava com essa história da inflação, não querendo saber de mais nada, e já sonhava com 100 anos depois, num astral do ano 2086, mas mesmo assim, não deixa de se preocupar com o guerreiro São Jorge, espada da tradição, substituída pelo raio laser para manter o seu dragão.

Voltando ao ano de 1986, ano da decisão da Copa Mundial, Constituinte e eleições, a Unidos do Peruche, comemorando uma tradição de 30 anos de muito samba no pé e suor, homenageou o palhaço Benjamim de Oliveira, 1.º palhaço negro brasileiro que o mundo conheceu.

Benjamim aprendeu acrobacias, trapézio e toda a vivência e experiência que a arte pôde lhe dar no Circo Soutero. Um trabalho baseado na luta e no sofrimento. Benjamim trabalhou e apanhou muito. “Afinal de que adianta ter nascido livre num país onde o negro ainda era escravo?”

Depois de muita luta e esforço, conseguiu substituir o palhaço Freitinhas, e pela primeira vez vestiu a roupa de palhaço. Desacreditado pelo público ganhou uma coroa de capim. Ao agradecer disse: “Deram a Cristo uma coroa de espinhos, por que não me poderiam dar uma coroa de capim?” Até o presidente Floriano Peixoto aplaudiu a sua fama. Morreu muito pobre, mas deixou a sua história, rica em conteúdo sócio-político e artístico.

Para Décio de Moura, diretor da Peruche, “mostrar o Benjamim é importante, porque ele foi um dos grandes homens que se preocuparam em valorizar a raça humana”.

A Vai-Vai tinha um grande desejo a ser realizado, e num grito desesperado apelava aos governantes que fizessem punho firme contra a corrupção e um

delírio e desabafo

ROSÂNGELA DE PAULA
ZENAIDE BERNARDES DOS SANTOS
LUCIA MARIA

salário justo para toda a Nação. Só assim seria amenizado o sofrimento do povo, “é este o jeito que a gente gosta”, afirmou Chiclé, presidente da escola.

“Que seja infinito enquanto dure”, já dizia o poeta Vinicius de Moraes. E para a Camisa Verde e Branco, este infinito seria uma “Fantasia sonho sem fim” e, aproveitando, mandava ladrilhar a avenida com pedrinhas de brilhantes para a Camisa passar, e recordava os tempos de criança, falando de bola de gude, peão, bola de meia, que hoje estão ultrapassados, substituídos por computadores, robôs, cometas e vídeo-games. Mas não deixaram de aproveitar o carnaval, voltando a ser criança com naturalidade.

Para Tobias, presidente, “valeu a pena voltar a ser criança, pois ela é vida, alegria, espontaneidade e felicidade. Por que não reviver?”

Os anjos vieram do céu, para abrir junto com Noé o carnaval da escola de samba Colorado do Brás. Ela trazia de tudo na arca, muamba, amuletos, galinhos de guiné, mulatas e grandes poetas, como Castro Alves, Machado de Assis e Monteiro Lobato.

A batucada continuava e não podia parar. E a escola de samba Imperador do Ipiranga se incumbiu de acender essa fogueira. Luiza Mahim, filha de Gegê, foi lembrada pela escola. Mãe de Luiz Gama, ela foi a primeira mulher negra feminista, que na época da escravidão lutou para nos salvar.

VOU A ESCRAVIDÃO?

Não. Esta foi a resposta de Luiz Campos, negro, 19 anos, operário, que desfilava na figura de escravos na escola Imperador. E, prosseguindo, colocou: “somos ainda muito discriminados, na procura de bons empregos, pela violência policial, na cultura etc.”

“Existe racismo sim, e muitas vezes sou vítima dele”, comentou Souza da escola de samba Primeira do Itaim, com o samba-enredo “Na dança dos Negros à Festa do Povo”, “mas acho que o negro deve lutar, unir-se para combater e debater quais são os valores que nós temos e exigir a nossa valorização”. Finalizando, Souza acredita que até hoje não apareceu nenhum negro com a coragem de levantar a bandeira, “porque ainda temos dentro do coração aqueles 21 anos que nos censuraram de dizer a verdade”.

O SAMBA NO PÊ, DE CULTURA E DE MUITA POLÍTICA

A maioria dos sambas enredos apresentados refletia uma temática

bastante política, falando desde o combate à corrupção, inflação, Nova República até Constituinte. Para Moisés da Rocha, apresentador do programa “O samba pede passagem”, na Rádio Universidade de São Paulo, é de suma importância estar passando essa concepção política, “até a omissão é política e o ser humano não pode deixar de estar envolvido com ela. Então acho que é até bom, bem pensado, oportuno, que as escolas voltem ao tema político”.

“POUCA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA AFRO”

“Carnaval é samba, folclore e cultura afro, que sempre deverá ser manifestada.” Por isso, Marcelino, integrante da escola de samba Imperador do Ipiranga, que se diz fundador do samba em São Paulo, comentou que sua escola explorou as raízes dessa cultura.

Foram poucas as escolas que exploraram profundamente as raízes da cultura negra. Concordando com essa opinião o etnólogo Guilherme dos Santos Barbosa, que estuda a cultura dos chamados povos naturais, assegurou que a gente não vê o quadro da história do negro ao vivo, e sim através de painéis e quadros pintados, tanto nas escolas de samba, como em outros cenários. “As escolas não têm preocupação, digamos, de história nenhuma, porque o show não pode se preocupar com outra coisa, senão o delírio e o desabafo.” Disse que a forma de reaver

toda essa cultura seria voltar às escolas primárias, fundamentando desde o início a nossa contribuição cultural.

E O QUE SERÁ NA QUARTA-FEIRA DE CINZAS?

Não entendimento do povo, rico é sempre belo. Por isso que a fantasia, sendo ela feita de tecido, plumas, pacotes e lantejoulas, tem de ser luxuosa, sugestiva, originando a riqueza e a beleza.

Era assim que muitos homens, mulheres e crianças negras se trajavam para a grande festa. E se questionavam. Hoje, você é um rei, uma rainha, um príncipe e uma princesinha, e amanhã o que será. O Mestre-Sala Serginho, será um jornalista. A princesinha Creuza — uma costureira. A linda baiana — a dona de casa. E o nobre rei, da Vai-Vai: “Eu não sei, mas a primeira coisa que vou fazer é procurar emprego.” Para pagar a fantasia Roberto? “Não, a fantasia eu dei um jeito e já paguei.”

Celso Prudente, antropólogo e pedagogo, faz uma análise sobre o negro após o carnaval. Falou que o carnaval é de origem grega, sendo uma festa profana, que repercutiu em Florença, na Itália, na época da renascença.

Quando o carnaval chegou ao Brasil tomou outro corpo, tornou-se “um carnaval singular, como o carnaval do negro, sendo respeitado até certo ponto pelas classes dominantes”. Celso coloca também que “em nosso país há uma inversão de valores — aquele que é engraxate ou jornalista, consegue ocupar, neste dia, uma postura superior, sendo, portanto, o alvo das atenções”.

Quando chega quarta-feira de cinzas, tudo muda. O negro volta à posição de relegado, ou seja, não mais o sujeito histórico, mas o objeto que fica à margem de sua própria história; isso é o reflexo do tipo de ocupação em que o negro se encontra, sendo apenas um marginalizado.” Prosseguindo, Celso Prudente explica que o carnaval é uma festa de contentação. “Se não houvesse carnaval a revolta seria maior nas classes não dominantes. E as classes dominantes fazem, exatamente a semelhança do Império Romano, a política de pão e circo.”

Finalizando, ele acha que a situação poderá ser mudada, através das lideranças negras, políticas, intelectuais e artísticas, que devem manter uma organização da sociedade, de modo que o negro assuma uma postura de consciência e cobre mais da sociedade dominante.



Em Campinas, a escola do futuro

O que reúne as pessoas? Samba? Futebol? Comida?

Partindo dessas premissas, Aluizio Jeremias, 45, casado, pai de três filhas, 30 anos de carnaval, resolveu criar a escola mirim “Grupo Comunitário Escola de Samba Rosas do Futuro”. Pelo fato de ter sido um menor carente e de ter vivido uma infância desagradável, não quer que as crianças sofram, passando pelas dificuldades que passou. Por isso fez pé firme e levou adiante a proposta da escola, pois acredita que o samba é apenas o começo, porém, um bom começo para integração das crianças na sociedade.

O trabalho de Aluizio Jeremias é pioneiro e vem sendo desenvolvido com crianças de vários bairros no Centro Comunitário de Vila Castelo Branco em Campinas. A preocupação maior da escola, diz Aluizio, “é com a satisfação popular em suas exibições”.

Mas, por trás da escola, existe um objetivo maior, que é a integração das crianças, a formação político social e, através de um trabalho orientado sobre arte em geral, descobrir e desenvolver a criatividade de cada um.

Como toda escola recém-fundada e pobre, tem algumas dificuldades referentes à verba para manutenção, entretanto, Aluizio pretende consegui-la através de vários projetos com as próprias crianças, montando uma equipe de aprendizes de pintura, e juntos se encarregarão de alguns trabalhos: “No final do serviço pegamos o dinheiro e dividimos pela metade; uma parte é para nós todos e a outra vai para a caixinha da escola”. Da mesma forma funcionará uma equipe de jardinagem e, nas reuniões que ocorrem todos os domingos, muitos aprenderão a lidar com a arte. “A partir de então pretendemos realizar um feira aqui na Vila e reverter o dinheiro para a molecada e para a escola.”

No momento participam da escola 50 garotos na faixa de idade de 7 a 17 anos. A maioria deles estuda e são donos de uma grande força de vontade, por isso, afirma Aluizio Jeremias “faremos uma comunidade fantástica.”



Seu Nenê e Betinho, seu filho



Diretores de ala da Nenê



Aluizio Jeremias

ÁFRICA DO SUL

BRASILEIROS CONTINUAM GRITANDO
BOTHA FORA

Foi protestante
contra o apartheid
que o Brasil fechou o ano de 1985.
São Paulo não deixou por
menos. Do Palácio dos
Bandeirantes às praças públicas,
gritou bem alto para o
resto do mundo
o seu Botha fora



Passeata pela av. Paulista, protestando contra o racismo no dia 5 de agosto de 85.

No dia 17 de dezembro de 1985, aconteceu na cidade de São Paulo um dos eventos mais importantes da história do Movimento Negro do Brasil. Neste dia, reuniram-se na Praça da Sé cerca de 20 mil pessoas que durante mais de quatro horas, demonstraram vivamente o seu repúdio ao regime racista e sórdido que vem massacrando de forma cruel e convarde milhares de negros na África do Sul, cujo nome real é Azânia.

Na África do Sul, a minoria branca, cerca de 25% da população do país, detém todo o poder, desfruta das imensas riquezas do país (a África do Sul é o maior produtor de diamantes e ouro do mundo) e submete os negros — donos da terra — a um regime escravista de trabalho, além de não respeitar os direitos fundamentais dos negros.

Enquanto os brancos (quatro milhões de pessoas) têm todos os privilégios, os negros (25 milhões de pessoas) não podem sequer passear ou morar nas cidades. São obrigados, pelas leis do apartheid, a morar só onde a polícia deixar, isto é, em subúrbios localizados nas periferias das grandes cidades. Os negros na África do Sul só podem entrar nas cidades para trabalhar, mas não podem trabalhar onde eles que-

rem. Só trabalham quando e onde os brancos mandarem. Além disso, lá, um negro só pode ganhar um quinto do salário de um branco na mesma profissão.

**ONEGRO É PROIBIDO DE
SAIR DE CASA SEM O 'PASSE'**

Se um negro quiser ou precisar visitar um parente que resida em outra cidade, ele tem que pedir licença às autoridades, que decidem se essa pessoa deve ou não viajar (o elemento branco viaja livremente, é lógico!). Essa autorização para o negro locomover-se não é concedida sem muita burocracia. Muitas vezes, ao chegar a licença o motivo da viagem caducou, isto é, demorou tanto a permissão que já não interessa mais aquela pessoa viajar. E aí daquele negro que se atrever a sair de casa sem o "passe", como é chamada a tal licença; é preso e condenado a severas penas. Nem adianta arrumar advogado, é condenado mesmo.

Os negros, naturalmente, têm se rebelado contra toda essa barbaridade a que estão submetidos há séculos, e todas as vezes que saem às ruas para reivindicar seus legítimos direitos, são

barbaramente reprimidos pelo sistema, como aconteceu no dia 21 de março de 1961, na cidade de Brásilville, quando centenas de negros foram assassinados numa manifestação pacífica contra o racismo. A polícia, fria, racista e covarde disparou rajadas de metralhadoras contra a multidão negra, transformando o local num mar de sangue.

**AUMENTAM OS PROTESTOS
DOS NEGROS
SUL — AFRICANOS
AGORA MAIS QUE NUNCA**

Centenas de mortos e milhares de feridos e presos. Entre esses, Nelson Mandela — líder do movimento e fundador do Congresso Nacional Africano (A.N.C.) — está preso até hoje, apesar dos inúmeros pedidos em prol de sua liberdade que são enviados de vários países do mundo inteiro. Esse massacre que provocou reações indignadas em todos os países civilizados, marcou definitivamente para os progressistas e democratas o caráter criminoso e selvagem daquele regime abominável. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o dia 21 de março como o Dia Internacional de Luta Contra o Racismo.

As medidas de segregação contra os negros recrudesceram nos últimos anos, principalmente após a vitória de Ronald Reagan nos Estados Unidos e, em consequência, aumentaram os protestos dos negros sul-africanos agora mais que nunca, convictos de que só com muita luta conseguirão fazer-se ouvir pelos boeres (boer — são brancos descendentes de holandeses que dominam a África do Sul) que não pretendem abrir espaço para a maioria negra. Os atos de protestos dos negros se sucedem diariamente e todo dia a polícia mata alguns jovens negros.

**SÓ NESTE ANO JÁ
MORRERAM MAIS DE
50 NEGROS. ANO PASSADO
MAIS DE MIL
FORAM ABATIDOS PELA
POLÍCIA SUL — AFRICANA**

Neste ano de 1986 já morreram mais de 50 negros abatidos pela polícia sul-africana. Em 1985 mais de mil mortos entre os negros, além de outros milhares de presos e feridos. As manifestações de apoio e solidariedade apareceram em vários países, principalmente depois da decretação do estado de emergência em julho de 1985.

Dinamarca, Suécia, Finlândia, entre outros governos, tomaram medidas oficiais de repúdio às atrocidades cometidas pelos criminosos travestidos de políticos, que, liderados pelo sinistro Pieter W. Botha, têm nos dado as mais terríveis demonstrações de crueldade que o mundo já pôde testemunhar. Destacando-se entre esses países, a França, retirou seu embaixador de Pretória e, entre outras medidas políticas, solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que tomasse medidas em conjunto, de boicote econômico ao cruel regime do apartheid, que é realmente a pior maneira de se conseguir o progresso no sentido de se acabar com aquele vergonhoso sistema.

No Brasil, país que ostenta a maior população negra da Diáspora, isto é, fora da África, várias manifestações ocorreram. Na Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as de maior repercussão.

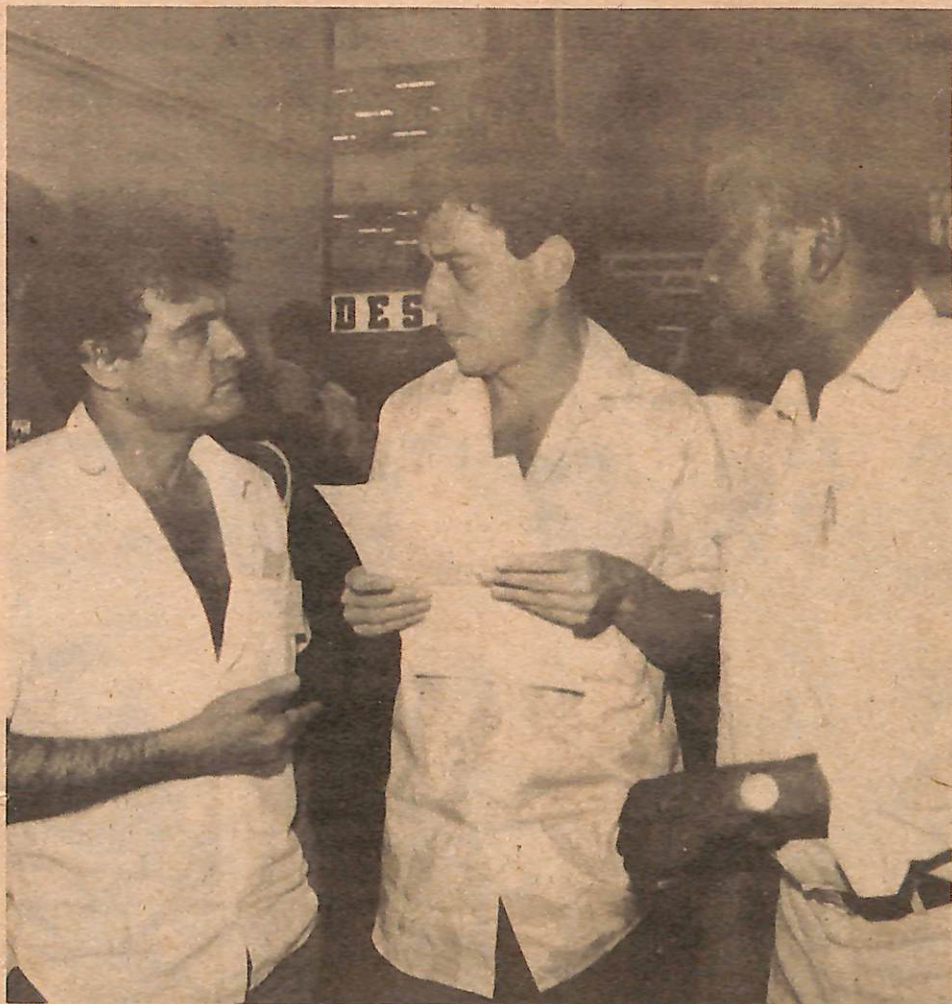
Em São Paulo tivemos no dia cinco de agosto de 1985, embaixo do MASP, um grande ato que seguiu em passeata até as portas do Consulado Sul-Africano na Avenida Paulista, quando políticos e representantes de movimentos negros se uniram.

Novamente, dia 22 de agosto de 1985, o primeiro ato oficial de repúdio ocorreu no auditório do Palácio dos Bandeirantes, organizado pelo Conselho da Comunidade Negra e pelo Cerimonial do Palácio, que contou com a presença do governador Franco Montoro, vários embaixadores africanos e muitas outras autoridades, além de representantes de entidades democráticas e populares e uma enorme multidão, destacando-se a participação efetiva da Comunidade Negra, embora não fosse propício o horário (10 horas da manhã).

Ainda em São Paulo, tivemos, no fechar do ano de 1985, o mais bem organizado e sucedido ato de solidariedade aos negros sul-africanos jamais ocorrido na América do Sul. Negros e não negros, políticos e militantes, artistas e religiosos, empresários e entidades democráticas em geral, uniram-se e promoveram aquela que foi, sem dúvida, a maior demonstração da sociedade brasileira de seu mais veemente protesto contra as atrocidades cometidas na Azânia.

A defesa dos direitos humanos é uma obrigação de todo homem civilizado, seja de qual raça ou credo religioso for. Os omissos são cúmplices. Nestas questões não se pode ficar neutro e o que está acontecendo na África do Sul (Azânia) é um brutal e contínuo atentado aos sentimentos de humanidade.

GENESIO DE ARRUDA
Secretário do Conselho da Comunidade Negra



Elifas Andreatto, Chico Buarque de Holanda e Genésio de Arruda, do Conselho da Comunidade Negra, no ato da Praça da Sé em 17 de dezembro de 85.



O Presidente norte-americano utilizou as homenagens a Martin Luther King para obter maior apoio dos negros

Farsa garante a popularidade de Reagan

SAMY M. CHARANEK

"Eu sonho com o dia em que meus quatro filhos pequenos viverão numa nação em que não serão julgados pela cor de sua pele, mas por seus méritos. Esta é a nossa esperança. É com esta convicção que volto ao Sul. É ela que nos permitirá arrancar deste oceano de desespero uma gota de esperança." Este é um trecho do discurso que o pastor e líder negro norte-americano, Martin Luther King Jr., pronunciou em 28 de agosto de 63, nas escadarias do Lincoln Memorial, em Washington, para 250 mil manifestantes que exigiam a aprovação da Lei dos Direitos Cívicos.

Doutor em Teologia, King inicia sua luta anti-segregacionista em Montgomery, Alabama, no dia 2 de dezembro de 55. Recém-chegado à cidade, King propôs um boicote de todos os negros ao serviço de ônibus local, em repúdio a um incidente ocorrido no dia anterior com uma costureira negra que se recusou a dar seu lugar no veículo a um homem branco. A costureira foi presa e condenada a pagar uma multa de 10 dólares por violar a ordem pública.

O boicote durou 381 dias e quase levou a empresa à falência. King e outros líderes do movimento foram presos diversas vezes, mas, ao final do boicote, a Corte Suprema se pronunciou contra aquele tipo de segregação. A primeira vitória foi fator preponderante à ascensão de Martin Luther King em sua luta contra a discriminação racial nos EUA.

Em dezembro de 61, King liderou uma manifestação em Albany exigindo a

integração entre negros e brancos nas escolas públicas da cidade. Foi preso e afirmou que não sairia da cadeia enquanto as escolas não fossem integradas. Acreditando que o movimento estava vitorioso, pagou fiança e foi embora, sendo criticado posteriormente pelos manifestantes.

A MARCHA SOBRE WASHINGTON

No ano da revolução negra — 1963 — King dirigiu-se a Birmingham, centro das principais forças racistas do sul do país, para organizar mais uma pacífica passeata pelas ruas. Entretanto, o prefeito da cidade ordenou a captura dos manifestantes. A repressão foi violenta. King estava entre os 3.300 negros presos. Este foi o estopim de um movimento nacional contra o racismo.

Em 28 de agosto do mesmo ano, cerca de 250 mil manifestantes marcharam até Washington e ocuparam, pacificamente, a capital norte-americana num ato de protesto, exigindo a aprovação da Lei dos Direitos Cívicos, enviada pelo presidente Kennedy ao Congresso e arquivada por parlamentares racistas. Neste dia, Martin Luther King Jr. proferiu o memorável discurso "I have a dream" ("Eu tenho um sonho"). Contudo, com o assassinato do presidente Kennedy, a Lei foi sancionada somente em 4 de julho de 64, pelo então presidente Lyndon Johnson.

NOBEL DA PAZ

O reconhecimento internacional à sua luta anti-segregacionista veio em 64 com o Prêmio Nobel da Paz, que para King era um reconhecimento "à sensatez, disciplina, moderação e coragem de milhões de cidadãos, negros e brancos de boa vontade, que escolheram o caminho da não violência, para que nosso país consiga chegar ao reino da justiça e do amor".

Na tarde de 4 de abril de 68, King estava na varanda do hotel Lorraine, em Memphis, conversando com dois assessores, quando foi atingido mortalmente no pescoço por uma bala disparada da carabina Remington, de mira telescópica, do fanático racista James Earl Ray, supostamente contratado pela Ku Klux Klan, até hoje existente nos EUA.

MARKETING POLÍTICO

A morte de Luther King está sendo comemorada dois anos após a aprovação do Congresso norte-americano, declarando a semana de seu nascimento feriado nacional. "É a primeira vez que um negro recebe uma homenagem como esta", dizia a maioria dos jornais. Entretanto, não podemos deixar de dizer que, em 64, o atual presidente Ronald Reagan foi contrário à sanção da Lei dos Direitos Cívicos, e em 81, já na presidência dos EUA, declarou-se contrário à promulgação do feriado, mudando de posição apenas quando o Congresso aprovou a homenagem.

Não obstante, a popularidade de Reagan junto à comunidade negra norte-americana cresceu assustadoramente na semana das homenagens a Martin Luther King Jr. Uma pesquisa do jornal "The New York Times" registrou um índice de apoio dos negros, nunca antes alcançado pelo governo Reagan, 56%.

"Não, não estamos satisfeitos e não o estaremos enquanto a justiça não correr como a água clara e a virtude como um rio majestoso. Continuem trabalhando com a certeza de que a redenção recompensa os que, sofrendo, sabem defender sua honra." O líder negro continua vivo através de suas palavras, mas a nossa realidade tem o requinte de ser sutil.

II Encontro de Negros da Bahia

Será realizado de 19 a 21 de abril o II Encontro de Negros da Bahia (ENEBA), na cidade de Salvador. Local ainda a confirmar.

O I Encontro foi em setembro de 83 no Colégio Dois de Julho e reuniu mais de 800 negros e diversas entidades, além de representantes dos municípios de Feira de Santana, Juazeiro, Camaçari, Alagoinhas e Lauro de Freitas.

VI Encontro de Negros do Norte/Nordeste

Será realizado na cidade de Aracaju (Sergipe), de 29 a 31 de maio, o VI Encontro de Negros do Norte-Nordeste.

Estados participantes: Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Na pauta das discussões constam temas tais como: Relação Estado e Comunidade Negra, Assembléia Nacional Constituinte e Estudos Africanos nas Escolas de 1.º e 2.º graus.

Informações no Instituto Sergipano de Cultura Negra — Rua Mato Grosso, 677 — Bairro Silveira Campos — Aracaju (Sergipe), ou no Conselho das Entidades Negras da Bahia (CENBA) — Caixa Postal 6429 — Salvador (Bahia).

O grupo Acorda Negro pede para quem tiver matérias da época da escravidão que entre em contato com Antonio Santos Sampaio Rua Antônio de Godoy, 122/7.º andar — Centro CEP 01034 — Telefones: 223-8674 e 223-8477.



"Falando de unidade"

Meus amigos! Axé... Gostaria de dar um pequeno recado porque acho que o tempo é oportuno.

"Em nome de Deus de todos os nomes: Javé, Obatalá, Olorum, Oiô; em nome de Deus de todas as cores que faz toda a carne, a preta e branca vermelhas no sangue..."

Gostaria que nós parássemos um pouco diante da história e nem precisa ser da história do Brasil e sim do último capítulo da história da nossa cidade de São Paulo...

Multidões de menores abandonados pelas ruas da cidade: nossa experiência prova que entre eles de 80 a 90% são negros. Multidões de desempregados, não é preciso comentar o índice entre os negros. Centenas de empregadas domésticas negras como mão-de-obra barata, sem até o direito de folga semanal, servindo a uma elite que tem como prática a exploração.

E os que morrem injustamente por terem nascido com pele negra???

Estas e outras questões, tais como Constituinte, eleições de novembro que passou e eleições de novembro que vem, precisam ocupar urgentemente a reflexão da comunidade negra, desde militantes mais engajados até aqueles que nunca pensaram na sua negritude.

Se a gente não se unir a gente vai ser engolido, e isso é muito sério. Nossos grupos e entidades têm valores extraordinários nas suas opções ideológicas que devem ser conservados, e, sem que a gente perca esta identidade, precisamos avançar nas questões abrangentes que estão além das ideologias, dos segmentos e da teimosia de vivermos fechados no isolamento ideológico.

Um passo avante! Unidade na pluralidade!! É preciso correr!!! Senão o bicho pega...

Se quiserem conversar sobre a proposta, liguem pra gente, fone 32-0775. (011).

PADRE BATISTA

Movimento Negro Unificado

Lideranças do movimento negro de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Pernambuco e Distrito Federal participaram da "Jornada do Negro pela Assembléia Nacional Constituinte" em Campinas, promovida pelo Movimento Negro Unificado e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em novembro de 85.

Foram discutidas propostas para a Constituinte sobre condições de vida, violência policial, menor abandonado, discriminação racial no mercado de trabalho, educação, cultura negra e luta internacional contra o racismo.

A exemplo de outros encontros realizados por todo o País, a plenária final da Jornada em Campinas resolveu realizar uma Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, além de encontros estaduais, para debater o tema e tirar sugestões da comunidade para a Constituinte.

Em janeiro deste ano, a Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado realizou um encontro em Belo Horizonte, iniciando o processo de viabilização da Convenção Nacional.

Nos dias 22 e 23 de agosto, será realizada a Convenção em Brasília, para debater a situação do negro frente à Constituinte.

Foram mantidos contatos com o Conselho da Comunidade Negra, que convocou a 1.ª reunião em São Paulo para o dia 8 de março, quando foram discutidas formas de mobilização, local e infra-estrutura para a realização do Encontro Estadual que deverá acontecer em maio.

REGINALDO BISPO PEREIRA E MILTON BARBOSA

membros da Comissão Executiva Nacional do MNU; IVAIR A. A. DOS SANTOS — Comissão Executiva do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Mulheres negras reúnem-se no Conselho

O Conselho da Comunidade Negra abriu com chave de ouro suas atividades para 1986. Com demonstração de força, raça e coragem, a Comissão de Mulheres Negras, coordenada por Vilma Lúcia de Oliveira, deu o pontapé inicial nas atividades do Conselho, realizando no dia 11 de janeiro o 1.º Encontro da Mulher Negra.

“Cerca de 300 mulheres da comunidade negra estiveram presentes no último dia 11 de janeiro, no Conselho da Comunidade Negra, participando do 1.º Encontro da Mulher.”

Foi um encontro histórico, que nos levou à reflexão sobre o passado e o presente de nossas gerações. Das reflexões, concluímos que, para o futuro, deveremos atuar de forma mais rápida e eficiente, para criarmos mecanismos que eliminem este período sombrio e sem perspectivas em que vivemos.

Durante todo o dia de debates, ficou patente a necessidade de um maior contato, que possibilita a troca de experiências e nos fortalece enquanto organização. Estarmos juntas representou importantes discussões sobre a saúde da mulher, Constituinte, discriminação racial no mercado de trabalho, enfim, temas de suma importância para a nossa unidade, enquanto um grupo consciente e coerente.

Concluímos que, nesse desenvolvimento, é necessário uma dedicação profunda entre nós, mulheres negras, para reeducarmos as nossas gerações futuras. A estrutura está em nós, mulheres. A firmeza garantida, pois a nossa sociedade recria a mulher como apenas reprodutora e alheia à participação em decisões sociais.

Este 1.º Encontro demonstrou com clareza que estamos cada vez mais dispostas a intervir de forma consciente e organizada na construção de uma sociedade que atenda a real necessidade de igualdade nos valores culturais e sócio-econômicos.



Alda Marco Antonio, Vilma Lúcia de Oliveira, Lélia Gonzalez, Hélio Santos e Maria Aparecida.

A todos os palestristas que deixaram sua parcela de contribuição para o enriquecimento de nosso 1.º Encontro,

a todas entidades presentes, militantes dos partidos políticos, Comissão de Mulheres, os nossos agradecimentos

pelo sucesso conseguido neste evento.

Palestristas e Temas: Ilma Fátima de Jesus: “A mulher nos movimentos sociais”; Maria Aparecida Teixeira: “A discriminação racial no mercado de trabalho”; Dra. Albertina Duarte: “Saúde física”; Maria Sueli Teixeira: “Saúde mental”; Dra. Maria Clementina: “Segurança e a mulher negra”; Lélia Gonzalez: “A mulher negra e a Constituinte”.

Comissão de Mulheres: Maria Aparecida Laia, Sonia Maria Silva do Carmo, Maria Aparecida Teixeira, Vilma Lúcia de Oliveira, Marlene, Neusa Poli, Neusa Maria, Sueli Shan, Cleide P. André, Maria Natividade Sabino, Rachel de Oliveira, Maria de Fátima Gonçalves Martinazzo, Julieta Moura Campos, Alba do Vale, Renê Reis, Vera Lúcia Fernandes, Marisa Mateus dos Santos, Rosa Maria de Andrade e Izabel Farias S. Bernardo”.

VILMA LÚCIA DE OLIVEIRA



Queremos nossos filhos



A recente decisão do Secretário de Higiene e Saúde do Município de São Paulo, Ricardo Veronesi, de iniciar nas favelas seu programa de controle da natalidade, reacendeu junto aos movimentos populares a discussão sobre o planejamento familiar.

O programa pretende atingir 3 milhões de favelados, sendo oferecido às mulheres todos os tipos de métodos contraceptivos.

O que representa isso para nossa Comunidade?

Esse programa é nada mais que uma política de controle da natalidade sobre as camadas mais carentes, ou seja, a população negra, que constitui os bolsões de miséria, decorrentes desses anos de exploração e de falsa democracia racial existente em nosso País.

São nessas favelas que se encontram as mulheres negras, vítimas da crise e desemprego, alvo de dupla pressão por ser negra e mulher, sem recursos médicos, com baixo nível sócio-econômico e educacional. Essas péssimas condições de vida são causadoras de inúmeros problemas de saúde que por isso são principalmente aquelas para quem o uso da pílula é contra-indicado.

Não podemos achar que diminuindo o número de filhos resolveremos as condições de miséria, fome e desemprego ou dos menores carentes e abandonados.

As mulheres negras impedidas de participarem do processo social, político e econômico do País não podem ser responsabilizadas pela miséria.

A esterilização dessas mulheres é uma atitude racista, pois é querer diminuir a população negra. É querer que a população branca dominante continue a sobrepor e explorar a população negra.

Não basta só a distribuição desses métodos contraceptivos, é preciso, antes disto, uma política de emprego, melhores salários, melhores condições de vida (moradia, alimentação, educação, saúde, ampliação do número de creches públicas etc.).

Planejamento familiar é antes de tudo uma questão política, econômica e social.

Não podemos deixar de nos pronunciar, nem tão pouco de lutar contra a implantação desse programa. Conscientizar as mulheres dos riscos a que estarão submetidas é dever de cada uma de nós.

Planejar quantos filhos queremos ter é um direito nosso e não dos governantes. A eles cabem a responsabilidade de planejar mudanças a fim de atender as necessidades básicas de uma família, criar condições educacionais, creches, saúde etc. Planejar a forma pela qual os movimentos populares possam participar nas discussões dos problemas do Município.

O Conselho da Comunidade Negra, através da sua Comissão de Saúde, tem atuado junto a algumas favelas da zona leste, no sentido de esclarecer às mulheres a real proposta desse programa antinatalista e racista.

MARIA APARECIDA LAVA — psicóloga

O papel forte da mulher negra

ROSÂNGELA DE PAULA

Nascida dentro de uma família de 18 filhos, sendo filha de índia e pai negro, Lélia Gonzalez, desde quando estudava o primário já trabalhava como babá. Conseguiu prosseguir seus estudos com ajuda dos irmãos e à medida que se dava o processo educacional dava-se também a internalização de embranquecimento.

Casada durante dois anos com um homem branco, conseguiu, com ajuda de seu marido, reconhecer sua negritude. Hoje Lélia Gonzalez é uma mulher bem conceituada, ministrando aulas de Cultura Popular Brasileira na PUC do Rio de Janeiro. Graduada em História e filosofia, autora de muitos textos na revista Veja, Folha de S. Paulo, Jornal Mulher — Rio, na seção mulher negra — Autora do livro "Lugar de Negro".

Fez muitas viagens ao exterior. É reconhecida internacionalmente, integrando-se na Associação de Estudos Intelectuais Negros nos Estados Unidos e Conselho Memorial Zumbi em Roma.

Fundadora do MNU — Movimento Negro Unificado, deixando a comissão executiva em 1982, Grupo de Trabalho Luiza Mahin e idealizadora do Izinga, Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. A mais recente atuação é no Conselho Nacional do Direito da Mulher.

JORNAL DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA — Como começa sua luta enquanto mulher negra?

LÉLIA GONZALEZ — Olha, eu acho que a luta da gente começa desde quando a gente nasce, porque bastou ser negra neste país para sofrer as diferentes formas de pressão em função do racismo e da discriminação.

Existiram muitos problemas com sua negritude?

Consegui ir adiante, mas não foi fácil. Quando eu cheguei ao ensino médio, meus irmãos, sentia que, à medida que se dava o processo educacional, se dava também a internalização do embranquecimento e quando cheguei na faculdade era uma branca. E assumi minha negritude quando fiz o curso de Filosofia, que na ocasião conheci meu marido que era branco, o Gonzalez. Quando a família dele soube, veio em cima de mim, foi o grande choque racial que levei na cara, mas a partir desse momento, meu marido rompeu com sua família e começamos um processo de conscientização mútua.

JCCN — Qual o primeiro passo para a mulher negra assumir sua negritude?

LG — Acreditar nela, sobretudo acreditar na sua força. E, digo mais, a sobrevivência da comunidade, no país, se deve à mulher negra, porque ela seguiu



rou tudo e nós todas somos herdeiras dessa força, desse espírito de luta.

Portanto, o que passo para todas as irmãs negras, é olhar para dentro de si, ver a fortaleza, apesar da humilhação, solidão, dor e sofrimento que a gente passa, que é muito grande. Olhar também para trás, ver a mãe, avó, Izinga, Luiza Mahin e milhões de outras mulheres que foram apagadas no decorrer da história. Resgatar nossa memória também é importante, porque quando a gente se debruça sobre a cultura negra no Brasil, o papel forte da mulher sempre esteve presente, fortalecido em termos de coragem e de prosseguimento de luta.

"PRETENDO SER CANDIDATA À CONSTITUINTE"

JCCN — Passando do âmbito social e cultural, falemos de política. Como você vê a participação da mulher negra na política?

LG — Eu vejo da seguinte maneira: É um espaço que a gente tem que conquistar, principalmente nesta década de 80, que comemoramos os 100 anos de abolição, em 88. Em razão disto é a luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos.

JCCN — Você pretende ser candidata à Constituinte?

LG — Pretendo sim, mas tudo isso depende porque, em termos de Rio de Janeiro, nós vamos fazer um encontro com todos os candidatos negros para estabelecermos uma estratégia objetiva e realista para ver quem tem possibilidade ou não de sair um bom candidato que atenda os anseios da comunidade negra. Eu acredito que temos chances de fazer alguns Constituintes no Rio, sem deixar de levar em conta as estaduais que é da maior importância planejar um espaço, porque vêm as eleições para vereador e a tendência no

Rio é de crescimento quanto ao número de parlamentares negros.

JCCN — Quanto à questão de mobilização, conscientização política dirigida à comunidade negra já está se fazendo algum trabalho?

LG — Sim, não há dúvidas, nós estamos desenvolvendo discussão à nível de Negro e Constituinte nos mais diferentes locais. Nós, negros de lá, tomamos uma responsabilidade muito grande no sentido dessa conscientização e mobilização, por acharmos que este é o caminho.

JCCN — Você sendo uma das integrantes do Conselho Nacional do Direito da Mulher e fazendo parte da Comissão de Violência, como está sendo desenvolvido um trabalho concreto?

LG — Os trabalhos concretos são muitos, mas eu falo da campanha contra a violência sobre a mulher que foi desencadeada em novembro do ano passado, onde Tereza Santos esteve presente e deu uma grande força. Nesta campanha houve uma grande repercussão e, em razão disto, o pessoal partiu para fazer uma cartilha sobre a mulher negra. Agora, evidentemente, a responsabilidade é nossa.

JCCN — E em que passo está a realização desse trabalho?

LG — Sobre tudo via São Paulo. Embora as duas negras que integram o Conselho são do Rio, como é meu caso e da Benedita Silva (Benê). Mas o mulhério negro de São Paulo, no processo de conscientização, está bem avançado. Isso eu sinto e percebo pelo tipo das questões e as discussões que são colocadas nos encontros. E, por um outro lado, as mulheres negras de São Paulo já têm uma experiência em termos de Conselho, como a do Conselho da Condição Feminina. Portanto, eu acho que as companheiras daqui podem trazer uma grande contribuição e na medida em que trabalharmos em conjunto sairá um bom trabalho.

"FALAR DA MULHER NEGRA É FALAR DE UM SER FORTE"

JCCN — Qual é a perspectiva da mulher negra?

LG — Falar de mulher negra é falar de um ser que ao mesmo tempo é oprimido, discriminado, inferiorizado, mas ao mesmo tempo é falar de desenvolver estratégia de sobrevivência com uma percepção inclusive política, mesmo não dentro dos quadros estabelecidos. E com certeza eu vejo as perspectivas da mulher negra de força, expansão e de muita luta.

Membros do Conselho da Comunidade Negra e Condição Feminina, reuniram-se com o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Nelson Pinheiro Franco, para discutir a instalação de creches no local de trabalho.*



CCI's em repartições públicas

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Nelson Pinheiro Franco, em audiência no dia 22 de janeiro discutiu a Lei n.º 31 da Emenda Constitucional de 31 de maio de 1982, que estabelece o direito de instalação de CCI — Centro de Convivência Infantil — nas repartições públicas, onde prestam serviço mais de 30 mulheres.

O Tribunal de Justiça, através do Serviço Social, mantém no momento um programa de convênio creche-escola que "infelizmente não atende à demanda, devido o grande número de mulheres que fazem parte do quadro funcional do Fórum", diz Neusa Maria Pereira Lima, funcionária-mãe e membro do Conselho da Comunidade Negra.

O Conselho da Comunidade Negra, considerando que o funcionalismo é uma alternativa para a mulher negra no mercado de trabalho, tendo em vista a grande presença da mesma nesse quadro, encontrou total apoio do Conselho da Condição Feminina, através da Comissão de Creche, que vem trabalhando no sentido de implantar creches e orientar a mulher trabalhadora sobre seus direitos em todos os setores da sociedade.

A Dra. Norma Kiriakus, da Secretaria de Descentralização e Participação, orientou o grupo em suas reivindicações.

O Desembargador Nelson Pinheiro Franco, dispôs-se a encaminhar o pedido, para a avaliação administrativa sobre a possibilidade de implantar o CCI.

* Da esquerda para a direita: Maria A. Nascimento, Vilma Lúcia de Oliveira, Neusa Maria Pereira Lima — todas do Conselho da Comunidade Negra — Desembargador Nelson Pinheiro Franco, Vera Lúcia S. Saraiva e Adriana Maria C. Gragnani, do Conselho da Condição Feminina.

Duas doutoras negras, Carmen Lúcia dos Santos — diretora-geral do Presídio Feminino do Estado de São Paulo — e Maria Clementina de Souza — delegada assistente da Delegacia de Defesa da Mulher —, superando o preconceito e conquistando espaços através da inquestionável capacidade.

LÚCIA MARIA
ZENAIDE BERNARDES DOS SANTOS

"Eu vim muito gratificada porque, a gente estando lá no interior e ser escolhida para ocupar um cargo aqui e, principalmente, por ser da raça negra, eu achei que foi maravilhoso."

É o que diz a advogada Carmem Lúcia dos Santos, ao ser convidada pelo secretário da Justiça, José Carlos Dias, para ocupar o cargo de Diretora Geral do Presídio Feminino do Estado de São Paulo.

Está há cinco meses nesta função e afirma que, se foi convidada, é porque acha-

ram que ela tem competência para assumir alguma coisa de maior relevância.

Carmem Lúcia é formada em direito desde 1977, mas está no sistema penitenciário desde 1973. Começou na Penitenciária Feminina de Tremembé, cidade localizada a 120 quilômetros de São Paulo. Depois de formada foi ocupando os espaços no seu local de trabalho. Assessorou o Procurador do Estado, o Gabinete da Diretoria Geral. Substituiu várias diretorias e representou diretores em várias reuniões.

Após o 1.º Congresso de Administração Penitenciária, que participou em 1984, ela foi convidada para assumir a Diretoria de Serviço de Segurança e Disciplina de Tremembé, onde ficou 10 meses, colocando a casa em dia, "onde não havia mais ordem e respeito", conseguindo acertar em tudo.

Hoje está em São Paulo. Sua carreira foi sempre assim. É o que ela conta, desde a escola primária, onde já percebia a resistência por ser negra, mas com ajuda de seu pai foi enfrentando a situação até começar a liderar os grupos nos intervalos de aula que continuavam até mais tarde, no ginásio em que participava de competições esportivas. Daí, conclui Carmem Lúcia, "quando você passa a conquistar qualquer espaço vai desaparecendo também a figura negativa do negro. Isto é, a resistência por ser negra hoje é muito pouco percebida."



Dr.ª Maria Clementina de Souza, 30 anos, é a primeira mulher negra, numa carreira de delegada, que conseguiu ocupar uma posição ambicionada por todas as mulheres da área.

Nascida em São Lourenço, interior de Minas Gerais, ela vem de uma família de 12 irmãos e, como diz "todos estudaram ou

estão estudando para ocupar uma posição melhor na vida".

Atualmente, Dr.ª Clementina ocupa o cargo de Delegada-Assistente na primeira delegacia destinada a tratar especificamente da defesa das mulheres, independente da sua posição social, cor ou raça.

Formada em Direito desde 1980, ela mostra ser uma pessoa dedicada ao trabalho, o que justifica a sua posição profissional, pois sempre lutou com garra e perseverança, tendo que trabalhar muito, mesmo para conseguir se formar.

Entretanto sua luta não parou aí. O início de carreira foi bastante árduo, como ela mesma diz. Sua primeira atuação como delegada em São Paulo foi na Delegacia da Vila Brasilândia, considerada "barra pesada", também Freguesia do Ó e Perus.

Dr.ª Clementina afirma que jamais sofreu discriminação por ser negra, mas, de forma sutil, fica evidenciado que, para chegar onde está, passou por uma "prova de fogo". Porém, acredita que só com a participação igualitária, estudando muito e não se esquecendo que no mundo sempre há um lugar para todos, o negro vai conseguir acabar e apagar quatro séculos de escravidão.



A retomada econômica é um fato. Mas, e o povo?

A indústria paulista, responsável por mais de 50% do Produto Industrial Brasileiro, deve ter crescido, em termos reais, algo parecido com 12% no ano de 1985. As vendas do varejo mais ainda, possivelmente acima de 17%. Estas estimativas, divulgadas pelas Federação das Indústrias de São Paulo, espelham a recuperação da economia brasileira.

Como se sabe, os anos iniciais da presente década foram dramáticos para amplos segmentos da sociedade brasileira que pagou, com desemprego e toda a sorte de privação, os demandas do regime autoritário então vigente.

Assim tendo sido, esta recente reativação da economia coloca uma questão crucial: tem ela induzido melhorias significativas nas condições de vida da população pobre do país?

Se bem que os salários de base tenham crescido em níveis superiores ao INPC, a situação aflitiva da maioria do povo pouco foi atenuada. Cinquenta por cento da força de trabalho brasileiro auferem rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos e tem sua situação diretamente vinculada ao nível (que é muitíssimo reduzido) e variações deste. Um exercício a partir do salário mínimo atual talvez melhor explicite a questão. Admite-se que o seu próximo reajuste incorpore um aumento real de 10%, o ganho adicional decorrente, no próprio mês de sua ocorrência, sequer possibilitará a aquisição de um quilo de café e, já no mês subsequente, estará anulado em face da inflação em curso.

Para que a grande massa de trabalhadores brasileiros pudesse vir a ter suas necessidades básicas atendidas, o atual salário mínimo teria que ser mais que duplicado em termos reais. Medida que se apresenta não factível a curto prazo, em função do mesmo, da presente correlação de forças que dá sustentação às políticas econômicas.

Este quadro responde inclusive pelo sucesso eleitoral, ocorrido em alguns estados, do conservadorismo. Tendo

por 20 anos seus direitos mais elementares sufocados, tendo nos últimos tempos dado os mais expressivos exemplos de resistência cívica e de certa forma alterado o regime, este povo tem pressa. E como suas condições de vida não são melhoradas, na medida e no espaço de tempo de suas expectativas, fica vulnerável ao aventureirismo, a lideranças carismáticas, mesmo que estas, na prática, devam o maior desprezo para com seus justos anseios.

O regime que vigiu até 1984 ensinou que o conjunto das instituições estatais fosse corrompido pelos interesses privados, que as políticas sociais se subordinassem à lógica do lucro. Verificaram-se o avanço do ensino e da medicina privados, ambos de péssima qualidade.

A eletricidade residencial tornou-se uma das mais caras do mundo. A água e o ônibus passaram a ser serviços com elevadas taxas de lucratividade. E tudo isto, em simultâneo, a um atroz arrocho salarial.

A transformação disso que aí está, por conseguinte, não pode ser reduzida a um momento; terá que ser efetivada através de uma sucessão de rupturas, sendo pressuposto deste processo a tenacidade e organização do povo em associações, sindicatos e partidos políticos.

As lideranças verdadeiramente compromissadas com os interesses nacionais e populares, que não se devem deixar empolgar pelo voluntarismo e pelo imediatismo, está reservado papel da maior importância: tecer um conjunto de alianças que se possa fazer poder e, sempre com a participação ativa da cidadania, proceder a uma renovação profunda em todas as esferas da vida nacional. Único caminho que se apresenta, neste momento, para que se resgate a pesada "dívida social" acumulada.

CLÁUDIO FRANÇA — Membro do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, Economista e professor da PUC/Campinas.

A questão racial na distribuição de renda

GRAU DE INSTRUÇÃO POR ETNIA PESSOAS EM IDADE ESCOLAR

TABELA 1

COR	TOTAL/PESSOAS	% PESSOAS C/MENOS DE 1 ANO DE INSTRUÇÃO	% PESSOAS C/ GRAU SUPERIOR
BRANCA	56.583.471	25%	4,9%
PARDA	38.693.905	48%	0,9%
PRETA	6.185.385	48%	0,5%
AMARELA	698.847	15%	12,0%
TOTAIS	102.421.730	35%	3,16%

(FONTE IBGE/80)

A sociedade brasileira não teve ainda a preocupação em corrigir as graves distorções na distribuição de renda nacional, no sentido de oferecer a todos os seus cidadãos, independente de origem étnica, condições educacionais e ambientais mínimas que lhes possibilitem viver com dignidade. Esta dramática realidade pode ser constatada, analisando os dados do IBGE — censo 1980 — referentes ao grau de instrução e distribuição de rendimentos segundo a cor da população. Muito embora ainda sejam gritantes as desigualdades econômicas e sociais entre todos os brasileiros, o IBGE não deixou dúvidas de que a distribuição de renda e o nível educacional são bem inferiores quando comparados a população de cor branca e parda com a população branca e amarela.

GRAU DE INSTRUÇÃO

O censo de 1980 revela que entre os brasileiros em idade escolar (de 5 anos ou mais), há 35% com menos de um ano de instrução (tabela 1). Entre as pessoas de cor branca essa proporção é de 25%; entre as pessoas de cor amarela é de 15%, enquanto é de 48% a proporção de pessoas de cor preta e parda, portanto muito superior.

O IBGE revela também que 3,16% das pessoas em idade escolar têm grau superior ou mais de 12 anos de instrução.

Dentre a população branca, 4,9% dentre a população de cor parda é de 0,5% e dentre a população de cor amarela 12%. Isso é muito fácil de se constatar, pois sabemos que a proporção de jovens negros que ingressam em uma universidade é muito inferior aos jovens brancos e quando isso ocorre, na grande maioria das vezes, os negros têm que enfrentar uma escola paga.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

O censo de 1980 registrou mais 43 milhões de pessoas que fazem parte da

população economicamente ativa (PEA) de 10 anos ou mais (tabela 2). Dentre estas 55,9% são de cor branca, 36,5% de cor parda e 6,5% são de cor preta e 0,74% de cor amarela. A proporção de pessoas com rendimento até um salário mínimo é de 33% entre toda a PEA; 24,1% entre as pessoas de cor branca, 44,7% entre pessoas de cor parda; 46,9% entre pessoas de cor preta e de 10% entre pessoas de cor amarela.

Do outro lado do perfil de rendimentos, a proporção de pessoas com renda mensal superior a 10 salários mínimos, segundo o censo de 1980, é de 3,72% entre toda a PEA. Entre as pessoas de cor branca, 5,70%, de cor parda, 1,00%, de cor preta, 0,33% e de cor amarela, 16,70%.

Mesmo após 98 anos da abolição da escravidão, permanece a grande desvantagem da população negra em relação à população branca, e como demonstra o DIEESE, em estudo realizado em 1985, os negros trabalham em média duas horas mais que os brancos, o que faz cair por terra um dos mais persistentes mitos da tese da igualdade racial no Brasil — a de que os pretos e pardos ganham pouco porque trabalham pouco e estudam menos. O estudo revela ainda que o desemprego castiga mais a força de trabalho negra e parda e que quanto mais o negro estuda mais discriminado ele fica.

Para nós da CEPLAN — Comissão de Economia e Planejamento — fica patente que os dados apurados pelo IBGE e DIEESE, revelam, acima de tudo, a violência da desigualdade de oportunidades no Brasil em função das raças das pessoas, o que é uma forma de racismo que deve ser combatido por nós, negros, e por todos aqueles que lutam por uma verdadeira democracia em nosso país.

PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR ETNIA

TABELA 2

COR	TOTAL DE PESSOAS	(%) PEA	(%) PEA ATÉ UM SAL. MÍNIMO	(%) PEA ACIMA DE 10 SAL. MÍNIMOS
BRANCA	24.507.289	55,90	24,1	5,70
PARDA	15.993.177	36,90	44,7	1,00
PRETA	2.874.208	6,50	46,9	0,33
AMARELA	324.280	0,74	10,0	16,70
TOTAIS	43.796.763	100,00	33,0	3,72

DIVALDO ROSA — Coordenador da CEPLAN, Contabilista e Economista.

(FONTE IBGE/80)